



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2019 PROTOCOLO Nº

<b>OBJETO</b>	Contratação de pessoa jurídica, para segurar a frota de veículos oficiais da Câmara Municipal de Jataí em todo o território nacional, com cobertura compreensiva com valor de mercado referenciado, e assistência 24 horas.
---------------	---

<b>FUNDAMENTO LEGAL</b>	Artigo 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.
-------------------------	--

<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	339039/69 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica/Seguros em Geral.
-----------------------------	--





**CAMARA MUNICIPAL DE JATAI**

Seção de Protocolo



**Processo....:**

**557 / 2018**

**Interessado:** COMPRAS

**Assunto.....:** PREGAO - PROCESSO LICITATORIO - LICITAÇÃO

**Observação.:** TENDO EM VISTA O VECIMENTO DA APOLICE Nº 1391000114831 02/01/2019, QUE TEM COMO OBJETIVO SEGURAR A FROTA DE VEICULOS OFICIAIS DA CÂMARAS MUNICIPAL DE JATAÍ EM TODO TERRITORIO NACIONAL, CONSIDERANDO A NECESSIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS E A CONVENIENCIA DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO, SERVIMO-NOS DO PRESENTE PARA SOLICITAR A MAINIFESTA

**Valor.....:** 0,00

**Data Doc...:**

**Nº Doc.....:**

**Autuação...:** 17/12/2018

**Autuado Por:** KEYNER PEREIRA MARTINS





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Ofício n.º 007/2018 – LICITAÇÃO

Ao Senhor:

MAPFRE Seguros Gerais S.A

Assunto: Renovação de Contrato.

Senhor Gerente,

Tendo em vista o vencimento da Apólice n.º. 1391000114831, em 02/01/2019, que tem como objetivo segurar a frota de veículos oficiais da Câmara Municipal de Jataí em todo o território nacional, considerando a necessidade dos serviços prestados e a conveniência da prorrogação do prazo de vigência do contrato, servimo-nos do presente para solicitar a manifestação do interesse de vossa empresa na prorrogação desse contrato por mais 12 meses.

Desde já agradecemos a habitual atenção e nos colocamos a disposição para qualquer esclarecimento, ao tempo em que renovamos nossos votos da mais alta estima e consideração.

Jataí GO, 17 de dezembro de 2018.

Respeitosamente,

Juliana Paula Chaves Furquim  
Chefe de Licitações/Gestora do Contrato

Juliana Paula Chaves Furquim  
Chefe de Licitações



**ENVIO DO DECLINIO Câmara Jataí Go**Licitações Hemb (28 de Dezembro de 2018 10:22)Para: [licitacao@camarajatai.go.gov.br](mailto:licitacao@camarajatai.go.gov.br)Cc: "Apoio Renovação" <[apoiorenovacao@br.hembseguros.com.br](mailto:apoiorenovacao@br.hembseguros.com.br)>, [juliana.pimenta@hembseguros.com.br](mailto:juliana.pimenta@hembseguros.com.br), "Gilberto Pimenta (HEMB)" <[gilberto@br.hembseguros.com.br](mailto:gilberto@br.hembseguros.com.br)>, "Reservas | HEMB Seguros" <[reservas@br.hembseguros.com.br](mailto:reservas@br.hembseguros.com.br)> "Vanduil Hemb"

janeira, com dia. Tudo bem.

Conforme contato telefônico, infelizmente ficaremos impossibilitados de fazer a renovação do seguro dos veículos da Câmara de Jataí ( Apólice 1391000114831 com vencimento em 03/01/2019), houve um índice de sinistralidade alto em relação ao valor da apólice, R\$12.910,70 Sinistro + Guincho 24 horas deu um percentual de 251,95%, por esse motivo houve um declínio por parte da área técnica. Estamos nos colocando à disposição, caso o órgão venha elaborar um novo processo licitatório nos envie o termo de referência para enviarmos os orçamentos estimativos com os valores de mercado. Foi um prazer tê-los como segurado.

FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO.

Atenciosamente,

**Andrea Soares | Renovações**

31 3073-7300, 31 99931-1277

[andrea@br.hembseguros.com.br](mailto:andrea@br.hembseguros.com.br)

R. Anhangá, 230 - Bairro Caiçara - BH/MG - Brasil - CEP: 30770-390

De: [licitacao@camarajatai.go.gov.br](mailto:licitacao@camarajatai.go.gov.br) [mailto:[licitacao@camarajatai.go.gov.br](mailto:licitacao@camarajatai.go.gov.br)]

Enviada em: sexta-feira, 28 de dezembro de 2018 09:33

Para: [andrea@br.hembseguros.com.br](mailto:andrea@br.hembseguros.com.br)

Assunto: Fwd: renovação seguro da frota Câmara Jataí

Prioridade: Alta

----- Mensagem Encaminhada -----

De: [licitacao@camarajatai.go.gov.br](mailto:licitacao@camarajatai.go.gov.br)Para: [andrea@br.hembseguros.com.br](mailto:andrea@br.hembseguros.com.br)

Recebida: 28 de Dezembro de 2018 09:32

Assunto: renovação seguro da frota Câmara Jataí

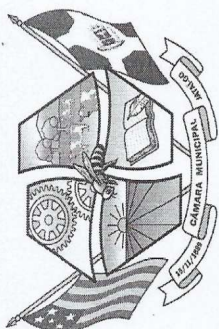
Bom dia, Andrea

Deu certo a liberação dos orçamentos, por favor me passe o mais rápido possível

Obrigada







# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO



## Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

### RELAÇÃO NACIONAL DE FROTA VEICULAR SEGURADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ

SEGURADORA ATUAL: MAPFRE

VENCIMENTO DO SEGURO ATUAL: 02/01/2019

CIDADE/ ESTADO	ITEM	VEÍCULO	ANO/MODELO	COMBUSTÍVEL	PLACA	CHASSI	BÔNUS	SINISTRO	VALOR DA FRANQUIA
JATAÍ- GO	01	FIAT UNO MILLE FIRE WAY FLEX ECONOMIC 1.0	2009/2010	FLEX	NLR- 1515	9BD15844AA6296006	3	NÃO	R\$ 900,00
JATAÍ- GO	02	FIAT LÍNEA ESSENCE DUOLOGIC 1.8 16V	2013/2013	FLEX	OMX- 2914	9BD1105BDD1562239	1	NÃO	R\$ 1.500,00
JATAÍ- GO	03	VOLKSWAGEN NOVO VOYAGE 1.6 8V TOTAL FLEX GVI	2014/2014	FLEX	OOA- 3772	9BWDB45U1ET20806 0	0	SIM	R\$ 900,00
JATAÍ- GO	04	VOLKSWAGEN NOVO VOYAGE 1.6 8V TOTAL FLEX GVI	2015/2016	FLEX	PQH- 0508	9BWDB45U7GT00820 6	0	SIM	R\$ 900,00
JATAÍ- GO	05	FORD NOVO SEDAN TITANIUM 2.0 AUTOMÁTICO	2015/2016	FLEX	PQD- 6401	8AFSZZFFCGJ396066	1	NÃO	R\$ 1.500,00





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

## REQUERIMENTO

Ao Vereador

**Mauro Antônio Bento Filho**


Presidente da Câmara Municipal de Jataí

O departamento de licitações, na pessoa de sua Chefe Juliana Paula Chaves Furquim, vem mui respeitosamente perante Vossa Senhoria **requerer** autorização para instauração de procedimento administrativo, para contratação de empresa especializada em segurar a frota de veículos oficiais da Câmara Municipal de Jataí em todo o território nacional, com cobertura compreensiva com valor de mercado referenciado, e assistência 24 horas.

Cabe salientar, que a vigência do atual contrato de seguro dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Jataí, está com seu término previsto para 02/01/2019, desta forma faz-se necessária a imediata contratação.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Jataí-GO; 02 de Janeiro de 2019

  
Juliana Paula Chaves Furquim  
Chefe de Licitações

Juliana Paula Chaves Furquim  
Chefe de Licitações





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

## DESPACHO

Em atendimento à solicitação oriunda do Departamento de Licitações desta Câmara Municipal, no sentido de suprir as necessidades de contratação de uma empresa, para segurar a frota de veículos oficiais da Câmara Municipal de Jataí em todo o território nacional, com cobertura compreensiva com valor de mercado referenciado, e assistência 24 horas, considerando essa a medida mais conveniente para o momento, **AUTORIZO** a realização da dispensa de licitação de acordo com a Lei 8.666/93, art. 24, inciso II.

A chefe do departamento de compras para as providências de praxe.

Jataí-GO, 02 de Janeiro de 2019.



Mauro Antônio Bento Filho  
Presidente





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

## JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que a vigência do atual contrato de seguro dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Jataí, tem seu termino em 02/01/2019 e a impossibilidade de renovação do mesmo, faz-se necessária a contratação de empresa seguradora de veículos, em virtude da alta quilometragem rodada anualmente por esses veículos e a exposição aos riscos de acidentes, tanto no perímetro urbano, quanto em rodovias "São mais de 600 viagens," essa contratação objetiva proteger o erário contra situações desagradáveis oriundas de acidentes de trânsito, além de garantir que o veículo sinistrado seja recuperado em lojas referenciadas atendendo aos padrões de qualidade reconhecidos no mercado automobilístico sem que o ente público tenha que gastar valores elevados para recuperação, ou até mesmo a indenização integral em caso de perda total.

Os benefícios não se resumem somente aos mencionados acima, o seguro também oferece outras vantagens conforme breve exposição a seguir: Reboque 24 h em caso de defeitos mecânico ou sinistro, transportando o veículo tanto para a cidade de origem como para oficinas autorizadas ou referenciadas em outras cidades conforme escolha do cliente sem ter pagar pelo serviço guincho, serviço de táxi para os ocupantes do veículo, hospedagem quando necessário, veículo reserva, substituição de vidros, faróis, lanternas, e retrovisores pagando-se um valor bastante reduzido pela franquia do item que necessitar substituição, além de coberturas em casos de danos materiais, corporais, invalidez ou morte.

Jataí, 02 de Janeiro de 2019

Juliana Paula Chaves Furquim

Gestora do Contrato

Juliana Paula Chaves Furquim  
Chefe de Licitações





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Memorando: 001/2019

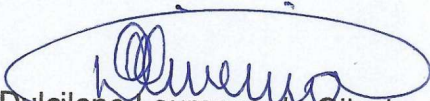
Do: Departamento de Compras

Para: Contabilidade/Tesouraria

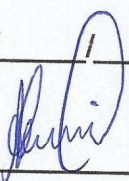
## ENCAMINHAMENTO

Encaminho ao Departamento de Contabilidade/Tesouraria solicitação para expedição de certidão com dotação e reserva de saldo orçamentária para a contratação de empresa para Segurar os veículos da Câmara no valor Médio estimado de: **R\$ 11.000,00** ( onze mil reais), para a Câmara Municipal de Jataí, desde já agradecemos.

Câmara Municipal de Jataí, 04 de janeiro de 2019

  
Dulcilene Lourenço de Oliveira Freire  
Departamento de Compras

Recebido em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ horas: \_\_\_\_

Assinatura:  \_\_\_\_\_





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

## CERTIDÃO

**CERTIFICAMOS**, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário na dotação **339039 / 69 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica / Seguros em Geral**, suficiente para ocorrer despesas com este tipo de serviço para a Câmara Municipal de Jataí.

**CERTIFICAMOS** ainda que já foi feita reserva orçamentária no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) nesta dotação.

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATAÍ, 04 de janeiro de 2019.

Adonae Augusto Pereira

TC CRC GO 2210/0-4



## RES: Orçamento Porto Seguro

"Karolline Freitas" <seguro@jataiseguros.com.br>

2 de Janeiro de 2019 17:03

Para: licitacao@camarajatai.go.gov.br

Boa tarde Juliana

Conforme falamos já transmiti a cobertura provisória e amanhã o pessoal já me envia o orçamento já lhe passo para definirmos.

Qualquer duvida estamos a disposição.



Karolline Freitas  
Aux. Administrativo  
064 3631 4565  
Av. Rio Claro, 822 - Centro  
[www.jataiseguros.com.br](http://www.jataiseguros.com.br)



De: [licitacao@camarajatai.go.gov.br](mailto:licitacao@camarajatai.go.gov.br) [mailto:[licitacao@camarajatai.go.gov.br](mailto:licitacao@camarajatai.go.gov.br)]

Enviada em: quarta-feira, 2 de janeiro de 2019 10:10

Para: [seguro@jataiseguros.com.br](mailto:seguro@jataiseguros.com.br)

Assunto: Orçamento Porto Seguro

Bom dia, Caroline....

Segue a Cotação Solicitada

CNPJ: 24858805/0001-39





PORTO  
SEGURO

## Relação de Itens Completa - Auto Frota

Orçamento no. : 212029713

### Dados do Cliente:

Razão Social:	CAMARA MUNICIPAL DE JATAI		
CNPJ:	24.858.805/0001-39	Tipo de Pessoa:	Jurídica
Atividade:	ADMINISTRACAO PUBLICA EM GERAL		
Data:	04/01/2019	Validade:	03/02/2019
Tarifa:	Janeiro/2019	Última Liberação:	04/01/2019
Vigência:	04/01/2019 - 04/01/2020	Quantidade de Itens:	5
Operação de Negócio:	Convencional	Data da impressão:	07/01/2019



Item	Veículo	Dados do Risco	Coberturas, Cláusulas e Acessórios	Valor Prêmio
1	<p>VEÍCULO: FIAT - UNO MILLE WAY 1.0 FIRE FLEX ECONOMY ANO/MODELO: 2009/2010 CÓDIGO FIPE: 12637 0Km: Não COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool</p>	<p>TIPO EMISSÃO: SEGURO NOVO REGIÃO DE RISCO: JATAI - GO UTILIZAÇÃO: SERVIÇOS PROPRIEDADE: Empresa (PJ) CONGÊNERE: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A APÓLICE: 114831 CLASSE BÔNUS:3</p>	<p>MODALIDADE: VALOR DE MERCADO TIPO COBERTURA CASCO: COMPREENSIVA CASCO - FIPE 100,00% / FRANQUIA: R\$ 1.917,00 DMT 1R - IS R\$ 100.000,00 DCT 1R - IS R\$ 100.000,00 APP C/ DMH - IS R\$ 20.000,00 Cls. 45V Vidros 076 Franquias: Retrovisores: R\$ 26,05 Parabrisa/Traseiro: R\$ 139,55 Lanternas/Faróis: R\$ 37,98</p>	<p>R\$ 242,88 R\$ 210,70 R\$ 23,29 R\$ 62,22 R\$ 144,64 R\$ 25,41</p>
2	<p>VEÍCULO: FIAT - LINEA ESSENCE DUALOGIC 1.8 16V FLEX ANO/MODELO: 2013/2013 CÓDIGO FIPE: 13552 0Km: Não COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool</p>	<p>TIPO EMISSÃO: SEGURO NOVO REGIÃO DE RISCO: JATAI - GO UTILIZAÇÃO: SERVIÇOS PROPRIEDADE: Empresa (PJ) CONGÊNERE: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A APÓLICE: 114831 CLASSE BÔNUS:0</p>	<p>MODALIDADE: VALOR DE MERCADO TIPO COBERTURA CASCO: COMPREENSIVA CASCO - FIPE 100,00% / FRANQUIA: R\$ 2.478,00 DMT 1R - IS R\$ 100.000,00 DCT 1R - IS R\$ 100.000,00 APP C/ DMH - IS R\$ 20.000,00 Cls. 45V Vidros 076 Franquias: Lanternas/Faróis: R\$ 453,87 Parabrisa/Traseiro: R\$ 243,83 Retrovisores: R\$ 225,48</p>	<p>R\$ 466,33 R\$ 210,70 R\$ 23,29 R\$ 62,22 R\$ 144,64 R\$ 32,46</p>
3	<p>VEÍCULO: VOLKSWAGEN - NOVO VOYAGE 1.6 8V TOTAL FLEX GVI ANO/MODELO: 2014/2014 CÓDIGO FIPE: 52825 0Km: Não COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool</p>	<p>TIPO EMISSÃO: SEGURO NOVO REGIÃO DE RISCO: JATAI - GO UTILIZAÇÃO: SERVIÇOS PROPRIEDADE: Empresa (PJ) CONGÊNERE: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A</p>	<p>MODALIDADE: VALOR DE MERCADO TIPO COBERTURA CASCO: COMPREENSIVA CASCO - FIPE 100,00% / FRANQUIA: R\$ 2.317,50 DMT 1R - IS R\$ 100.000,00 DCT 1R - IS R\$ 100.000,00</p>	<p>R\$ 467,22 R\$ 210,70 R\$ 23,29</p>



Item	Veículo	Dados do Risco	Coberturas, Cláusulas e Acessórios	Valor Prêmio
3	<p>VEÍCULO: VOLKSWAGEN - NOVO VOYAGE 1.6</p> <p>8V TOTAL FLEX GVI</p> <p>ANO/MODELO: 2014/2014</p> <p>CÓDIGO FIPE: 52825</p> <p>0Km: Não</p> <p>COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool</p>	<p>APÓLICE: 114831</p> <p>CLASSE BÔNUS:0</p>	<p>APP C/ DMH - IS R\$ 20.000,00</p> <p>Cls. 45V</p> <p>Vidros 076</p> <p>Franquias:</p> <p>Lanternas/Faróis: R\$ 96,73</p> <p>Parabrisa/Traseiro: R\$ 112,12</p> <p>Retrovisores: R\$ 100,15</p>	<p>R\$ 62,22</p> <p>R\$ 125,04</p> <p>R\$ 34,51</p>
4	<p>VEÍCULO: VOLKSWAGEN - NOVO VOYAGE 1.6</p> <p>8V TOTAL FLEX GVI</p> <p>ANO/MODELO: 2014/2014</p> <p>CÓDIGO FIPE: 52825</p> <p>0Km: Não</p> <p>COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool</p>	<p>TIPO EMISSÃO: SEGURO NOVO</p> <p>REGIÃO DE RISCO: JATAI - GO</p> <p>UTILIZAÇÃO: SERVIÇOS</p> <p>PROPRIEDADE: Empresa (PJ)</p> <p>CONGÊNERE: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA</p> <p>S/A</p> <p>APÓLICE: 114831</p> <p>CLASSE BÔNUS:0</p>	<p>MODALIDADE: VALOR DE MERCADO</p> <p>TIPO COBERTURA CASCO: COMPREENSIVA</p> <p>CASCO - FIPE 100,00% / FRANQUIA: R\$ 2.317,50</p> <p>DMT 1R - IS R\$ 100.000,00</p> <p>DCT 1R - IS R\$ 100.000,00</p> <p>APP C/ DMH - IS R\$ 20.000,00</p> <p>Cls. 45V</p> <p>Vidros 076</p> <p>Franquias:</p> <p>Lanternas/Faróis: R\$ 96,73</p> <p>Parabrisa/Traseiro: R\$ 112,12</p> <p>Retrovisores: R\$ 100,15</p>	<p>R\$ 467,22</p> <p>R\$ 210,70</p> <p>R\$ 23,29</p> <p>R\$ 62,22</p> <p>R\$ 125,04</p> <p>R\$ 34,51</p>



Item	Veículo	Dados do Risco	Coberturas, Cláusulas e Acessórios	Valor Prêmio
5	VEÍCULO: FORD - NOVO FIESTA SEDAN TITANIUM 1.6 16V FLEX AUT. ANO/MODELO: 2015/2016 CÓDIGO FIPE: 34002 0Km: Não COMBUSTÍVEL: Gasolina/Álcool	TIPO EMISSÃO: SEGURO NOVO REGIÃO DE RISCO: JATAI - GO UTILIZAÇÃO: SERVIÇOS PROPRIEDADE: Empresa (PJ) CONGÊNERE: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A APÓLICE: 114831 CLASSE BÔNUS:1	MODALIDADE: VALOR DE MERCADO TIPO COBERTURA CASCO: COMPREENSIVA CASCO - FIPE 100,00% / FRANQUIA: R\$ 2.484,00 DMT 1R - IS R\$ 100.000,00 DCT 1R - IS R\$ 100.000,00 APP C/ DMH - IS R\$ 20.000,00 Cls. 45V Vidros 076 Franquias: Lanternas/Faróis: R\$ 404,93 Parabrisa/Traseiro: R\$ 485,55 Retrovisores: R\$ 211,47	R\$ 702,05 R\$ 210,70 R\$ 23,29 R\$ 62,22 R\$ 125,04 R\$ 42,34



**Índice de Cobertura:**

DMT 1R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS 1º RISCO
DMT 2R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS 2º RISCO
DMT DESAT 1R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 1º RISCO
DMT DESAT 2R	DANOS MATERIAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 2º RISCO
DCT 1R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS 1º RISCO
DCT 2R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS 2º RISCO
DCT DESAT 1R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 1º RISCO
DCT DESAT 2R	DANOS CORPORAIS A TERCEIROS REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 2º RISCO
GU 1R	GARANTIA ÚNICA 1º RISCO
GU 2R	GARANTIA ÚNICA 2º RISCO
GU DESAT 1R	GARANTIA ÚNICA REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 1º RISCO
GU DESAT 2R	GARANTIA ÚNICA REBOQUE E SEMIRREBOQUE DESATRELADO 2º RISCO
APP C/ DMH	ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO COM DESPESAS MÉDICO HOSPITALARES
DMO 1R	DANOS MORAIS 1º RISCO
DMO 2R	DANOS MORAIS 2º RISCO

**Carro Reserva:**

26C	CARRO EXTRA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS
26E	CARRO EXTRA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26A	CARRO EXTRA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26F	CARRO EXTRA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
26B	CARRO EXTRA BÁSICO, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26G	CARRO EXTRA BÁSICO, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS
26J	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS
26K	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26H	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26L	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
26I	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26M	CARRO EXTRA PORTE MÉDIO, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS
26N	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 7 DIAS
26O	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 7 DIAS
26P	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 15 DIAS
26Q	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 15 DIAS
26T	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, REDE REFERENCIADA, 30 DIAS
26S	CARRO EXTRA PICKUP LEVE, LIVRE ESCOLHA, 30 DIAS

**Proteção a Vidros:**

78S	78S - DANOS A VIDROS - REDE REFERENCIADA
76R	76R - DANOS AOS VIDROS, RETROVISORES, LANTERNAS E FARÓIS - LIVRE ESCOLHA
78R	78R - DANOS A VIDROS - LIVRE ESCOLHA
76	076 - DANOS AOS VIDROS, RETROVISORES, LANTERNAS E FARÓIS - REDE REFERENCIADA



**Assistência 24h:**

45V COMPLETA: SIN 2000KM / PANE 2000KM - REFERENCIADA  
45Y COMPLETA: SIN 2000KM / PANE 2000KM - LIVRE ESCOLHA  
045 BÁSICA: SIN 2000KM / PANE 200KM - REFERENCIADA  
45X BÁSICA: SIN 2000KM / PANE 200KM - LIVRE ESCOLHA

**Índice de Cláusulas:**

CLS. 104 104 - EXTENSÃO PERÍMETRO AMERICA DO SUL  
CLS. 115 115 - EXTENSÃO DE COBERTURA DE RCF - DMT  
CLS. 112 112 - EXTENSÃO DA COBERTURA DA APÓLICE  
CLS. 20N 20N - DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS  
CLS. 997 997 - CLÁUSULA BENEFICIÁRIA  
CLS. 111 111 - EXTENSÃO PARA VEÍCULOS REBOCADOS

**Acessórios:**

CARROC. CARROCERIA  
EQUIP. EQUIPAMENTOS  
SOM SOM  
KIT G KIT - GÁS



## ORÇAMENTO - PORTO SEGURO AUTO FROTA

Orçamento: 212029713

Operação de Negócio: Convencional

Tipo de Emissão: Seguro Novo

Tarifa: Janeiro/2019

Início da Vigência: 04/01/2019

Data do Orçamento: 04/01/2019

Término da Vigência: 04/01/2020

Versão do cálculo: 3

Quantidade de Itens: 5

Última Liberação: 04/01/2019

### Dados do corretor

Nome	Telefone	Código SUSEP
JATAI CORRETORA DE SEGUROS LTDA	(64) 36314565	LI23FJ

### Dados do cliente

Razão Social: CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

CNPJ: 24.858.805/0001-39

Tipo Pessoa: Jurídica

Atividade: ADMINISTRACAO PUBLICA EM GERAL

### Prêmio por Coberturas / Cláusulas / Acessórios

Descrição	Prêmio
CASCO	R\$ 2.345,70
DANOS MATERIAIS - 1º RISCO	R\$ 1.053,50
DANOS CORPORAIS - 1º RISCO	R\$ 116,45
ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO	R\$ 311,10
076 - Danos aos Vidros, Retrovisores, Lanternas e Faróis - Rede Referenciada	R\$ 169,23
45V - Assistência 24h Completa - Rede Referenciada	R\$ 664,40
ACESSÓRIO CARROCERIA	R\$ 0,00
ACESSÓRIO EQUIPAMENTOS	R\$ 0,00
ACESSÓRIO SOM	R\$ 0,00
ACESSÓRIO KIT GÁS	R\$ 0,00

Os veículos são de propriedade

Empresa (PJ): 5

Prêmio do Seguro



**Prêmio Líquido do Seguro:** R\$ 4.660,38

**IOF:** 0,00%

**Prêmio à vista do seguro:** R\$ 4.660,38

ESTE ORÇAMENTO NÃO IMPLICA NA ACEITAÇÃO DO SEGURO.

O SEGURO SERÁ VÁLIDO COM O RECEBIMENTO OU TRANSMISSÃO DA PROPOSTA ELETRONICA. QUANDO NECESSÁRIO, PODERÃO SER SOLICITADOS PARA EMISSÃO DA APÓLICE, VISTORIA PRÉVIA, NOTA FISCAL DO VEÍCULO OU EQUIPAMENTOS OU DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES COMO POR EXEMPLO DOCUMENTO DE BLINDAGEM DO VEÍCULO.

A SEGURADORA TERÁ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS APÓS O PROTOCOLO OU TRANSMISSÃO DA PROPOSTA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CONCRETIZAÇÃO OU NÃO DO SEGURO. NO CASO DE NÃO ACEITAÇÃO DO SEGURO, O EVENTUAL PREMIO PAGO PELO PROPONENTE SERÁ DEVOLVIDO ATUALIZADO PELO IPCA/IBGE.

\*A CONTRATAÇÃO DA IMPORTÂNCIA SEGURADA NA MODALIDADE VALOR DETERMINADO ESTÁ SUJEITA A ANALISE E COTAÇÃO DA SEGURADORA NO MOMENTO DA EMISSÃO DO SEGURO.

Os valores deste orçamento são válidos até 03/02/2019

**OPÇÕES DE PAGAMENTO**

**PAGAMENTO: À Vista - Bolet**

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 4.660,38	R\$ 4.660,38

**PAGAMENTO: Camê a 30 d.d.**

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 4.660,38	R\$ 4.660,38

**PAGAMENTO: Melhor Data Todas Débito C.Corrente**

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 4.660,38	R\$ 4.660,38
2	0,00%	R\$ 2.330,19	R\$ 4.660,38
3	0,00%	R\$ 1.553,46	R\$ 4.660,38
4	0,00%	R\$ 1.165,10	R\$ 4.660,40
5	0,00%	R\$ 932,08	R\$ 4.660,40
6	0,00%	R\$ 776,73	R\$ 4.660,38
7	0,00%	R\$ 665,77	R\$ 4.660,39
8	0,00%	R\$ 582,55	R\$ 4.660,40
9	0,00%	R\$ 517,82	R\$ 4.660,38
10	0,00%	R\$ 466,04	R\$ 4.660,40

**PAGAMENTO: Frac. 1ª Parcela Camê**

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
2	0,00%	R\$ 2.330,19	R\$ 4.660,38
3	0,00%	R\$ 1.553,46	R\$ 4.660,38
4	0,00%	R\$ 1.165,10	R\$ 4.660,40
5	0,00%	R\$ 932,08	R\$ 4.660,40
6	0,00%	R\$ 776,73	R\$ 4.660,38



Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
7	0,00%	R\$ 665,77	R\$ 4.660,39
8	0,00%	R\$ 582,55	R\$ 4.660,40
9	0,00%	R\$ 517,82	R\$ 4.660,38
10	0,00%	R\$ 466,04	R\$ 4.660,40

**PAGAMENTO: Todas Débito C. Corrente**

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 4.660,38	R\$ 4.660,38
2	0,00%	R\$ 2.330,19	R\$ 4.660,38
3	0,00%	R\$ 1.553,46	R\$ 4.660,38
4	0,00%	R\$ 1.165,10	R\$ 4.660,40
5	0,00%	R\$ 932,08	R\$ 4.660,40
6	0,00%	R\$ 776,73	R\$ 4.660,38
7	0,00%	R\$ 665,77	R\$ 4.660,39
8	0,00%	R\$ 582,55	R\$ 4.660,40
9	0,00%	R\$ 517,82	R\$ 4.660,38
10	0,00%	R\$ 466,04	R\$ 4.660,40

**PAGAMENTO: Todas Cartão de Crédito - Demais Bandeiras**

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 4.660,38	R\$ 4.660,38
2	0,00%	R\$ 2.330,19	R\$ 4.660,38
3	0,00%	R\$ 1.553,46	R\$ 4.660,38
4	0,00%	R\$ 1.165,10	R\$ 4.660,40
5	0,00%	R\$ 932,08	R\$ 4.660,40
6	0,00%	R\$ 776,73	R\$ 4.660,38
7	0,00%	R\$ 665,77	R\$ 4.660,39
8	0,00%	R\$ 582,55	R\$ 4.660,40
9	0,00%	R\$ 517,82	R\$ 4.660,38
10	0,00%	R\$ 466,04	R\$ 4.660,40

**PAGAMENTO: 1ª Boleto / Demais Camê**

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
2	0,00%	R\$ 2.330,19	R\$ 4.660,38
3	0,00%	R\$ 1.553,46	R\$ 4.660,38
4	0,00%	R\$ 1.165,10	R\$ 4.660,40
5	0,00%	R\$ 932,08	R\$ 4.660,40
6	0,00%	R\$ 776,73	R\$ 4.660,38



Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
7	0,00%	R\$ 665,77	R\$ 4.660,39
8	0,00%	R\$ 582,55	R\$ 4.660,40
9	0,00%	R\$ 517,82	R\$ 4.660,38
10	0,00%	R\$ 466,04	R\$ 4.660,40

**PAGAMENTO: Todas Cartão de Crédito Porto Seguro**

Parcela	Juros	Parcela (R\$)	Total (R\$)
1	0,00%	R\$ 4.660,38	R\$ 4.660,38
2	0,00%	R\$ 2.330,19	R\$ 4.660,38
3	0,00%	R\$ 1.553,46	R\$ 4.660,38
4	0,00%	R\$ 1.165,10	R\$ 4.660,40
5	0,00%	R\$ 932,08	R\$ 4.660,40
6	0,00%	R\$ 776,73	R\$ 4.660,38
7	0,00%	R\$ 665,77	R\$ 4.660,39
8	0,00%	R\$ 582,55	R\$ 4.660,40
9	0,00%	R\$ 517,82	R\$ 4.660,38
10	0,00%	R\$ 466,04	R\$ 4.660,40

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais CNPJ 61.198.164/0001-60 - Ramo Automóvel (0531) - Código Susep (05886)

Al. Barão de Piracicaba, 618-634 / Torre B - 2º andar São Paulo - SP - CEP: 01216-012

Processo SUSEP VMR e VD nº 15414.900286/2013-63 UPUU



ORÇAMENTO ESTIMATIVOSEGUE ORÇAMENTO ESTIMATIVO PARA PROCESSO LICITATÓRIODADOS DO PROPONENTE / FORNECEDOR

LICITANTE: ..... ALLIANZ SEGUROS;

C.N.P.J. N.º: ..... 61.573.796/0001-66

VALIDADE: ..... Será de 40 (Quarenta ) dias, a contar desta data;

VIGÊNCIA: ..... 12 Meses

RELAÇÃO DE VEÍCULOS:

Quantidade	Descrição	Marca	Ano Fab.	Ano Mod.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	VOIAGE 1.6 8V Total Flex	VW	2014	2015	R\$2.935,27	R\$5.870,54
01	UNO MILLE WAY FLEX	FIAT	2009	2010	R\$2.216,83	R\$2.216,83
01	FOCUS SEDAN TITANIUM 2.0 AUTO	FORD	2015	2016	R\$2.500,00	R\$2.500,00
01	LINEA ESSENCE 1.8	FIAT	2013	2013	R\$2.471,05	R\$2.471,05

VALOR GLOBAL ESTIMATIVO - R\$13.058,40



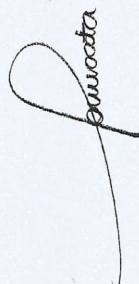
**100 % Tabela Fipe ( Colisão / Incêndio / Roubo)**

- ✓ RCF - Danos Materiais a Terceiros – R\$ 100.000,00
- ✓ RCF - Danos Corporais a Terceiros – R\$ 100.000,00
- ✓ APP – Morte por passageiros - R\$ 10.000,00
- ✓ APP – Invalidez por passageiros – R\$ 10.000,00
- ✓ Assistência 24 horas em todo território nacional.
- ✓

- Nesta proposta estão inclusos todos os tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, custo de apólice, descontos, assim como outros de qualquer natureza que se fizerem.

São Paulo, 28 de Dezembro 2018.

Atenciosamente,



**Allianz Seguros S/A.**  
**Cnpj: 61.573.796/0001-66**



## SEGUROS

# SURA

Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2018.

Contratação Direta.

### PROPOSTA COMERCIAL

**OBJETO:** Apresentamos nossa proposta de preços para o item abaixo relacionado objetivando a prestação dos serviços a essa Autarquia, de acordo com o disposto no edital licitatório supra e ordenamentos legais cabíveis. Declaramos ter total conhecimento das condições da presente Contratação Direta de prazo curto referente à **CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ** e a elas nos submetemos para todos os fins de direito.

RAZÃO SOCIAL DA SEGURADORA	SEGUROS SURA S/A.
ENDEREÇO SEDE	Avenida das Nações Unidas, 12995 – 4º andar – Brooklin Novo – 04.578.000 – São Paulo – SP;
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:	Nº 33.065.699/0001-27 / Nº 148.415.559.112
VALIDADE DA PROPOSTA	60 (sessenta) dias
FORMA DE PAGAMENTO	Até 30 (Trinta) dias, contado do recebimento definitivo da apólice.
VIGÊNCIA	02/01/2019 a 02/01/2020
DADOS BANCÁRIOS:	Banco do Brasil Agência: 1912-7 Conta Corrente: 108143-8
DIRETOR (ASSINATURA DE CONTRATO)	<b>Cristiano Saab de Rezende</b> , brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade nº 18.928.900-4, inscrito no CPF sob o nº 271.130.858-81
CONTATO / E-MAIL – ENVIO DO CONTRATO	Tel.: (31) 3073-7300 / Fax.: (31) 3073-7300 / E-mail: <a href="mailto:contatos@br.hembseguros.com.br">contatos@br.hembseguros.com.br</a>



# SEGUROS

# SURA

ITEM:

Nº	MARCA/ MODELO	PLACA ou CHASSI	DANOS MATERIAIS	DANOS CORPORAIS	APP MORTE, APP INVALIDEZ	FRANQUIA	VALOR UNITÁRIO (POR VEÍCULO)
1	FIAT UNO MILLE FIRE WAY FLEX ECONOMIC 1.0	NLR-1515	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 2.800,00	R\$ 1.787,69
2	FIAT LÍNEA ESSENCE DUOLOGIC 1.8 16V	OMX-2914	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 3.400,00	R\$ 1.741,51
3	VOLKSWAGEN NOVO VOYAGE 1.6 8V TOTAL FLEX GVI	OOA-3772	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.142,66
4	VOLKSWAGEN NOVO VOYAGE 1.6 8V TOTAL FLEX GVI	PQH-0508	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.180,07
5	FORD NOVO SEDAN TITANIUM 2.0 AUTOMÁTICO	PQD-6401	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 3.200,00	R\$ 2.148,07

VALOR TOTAL GLOBAL: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

## COBERTURAS:

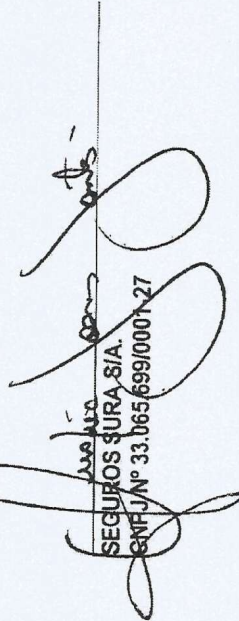
Assistência 24H Sem limite de km  
Assistência a Vidros: Vidros especiais  
Carro reserva: 15 dias Luxo.

**DECLARO:** expressamente que estou plenamente ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Edital e nos seus Anexos, bem como que no preço unitário ofertado estão incluídas as despesas diretas e indiretas, com o fornecimento de todos os insumos, de conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

**DECLARO:** que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens e outros necessários ao cumprimento do objeto deste Edital e seus Anexos.

**DECLARO:** não possuímos em seu quadro de pessoal de forma direta ou indiretamente servidores públicos do âmbito Municipal, Estadual ou Federal que estejam exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (Art. 9º da Lei 8666/93).

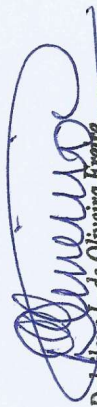
Atenciosamente,

  
SEGUROS SURA S/A.  
CNPJ Nº 33.065.699/0001-27



SEGURO DA FROTA ESTIMATIVA DE CUSTO							
ÍTEM	SEGURO	Quant	EMPRESAS			Média valor Unit.	Valor total estimado
			Allianz Seguros	Seguros Sura	Porto Seguro		
			CNPJ-61.573.796/0001-66	CNPJ-33.065.699/0001-27	CNPJ - 61.198.164/0001-60		
1	Seguro de Frota (5-veículos)	1	R\$ 13.058,40	R\$ 10.000,00	R\$ 4.660,38	R\$ 9.239,59	R\$ 9.239,59
Total Estimado:						R\$ 9.239,59	

Jataí, 04 de janeiro de 2019

  
Dulcineia L. de Oliveira Freire  
Chefe do Deptº de Compras



IMPRIMIR

VOLTAR



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 61198164/0001-60

**Razão Social:** PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

**Endereço:** AV RIO BRANCO 1485/9 R GUAIANAZES 1238 / CAMPOS  
ELISEOS / SAO PAULO / SP / 1205-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 26/12/2018 a 24/01/2019

**Certificação Número:** 2018122602531804150686

Informação obtida em 02/01/2019, às 14:42:45.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS  
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 61.198.164/0001-60

Certidão nº: 165502233/2019

Expedição: 02/01/2019, às 14:45:08

Validade: 30/06/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº **61.198.164/0001-60**, **CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

**0113000-43.2004.5.15.0115 - TRT 15ª Região \***

\* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

**Total de processos: 1.**

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**  
**CNPJ: 61.198.164/0001-60**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:33:49 do dia 09/11/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/05/2019.

Código de controle da certidão: **D02C.585E.83BE.A0F4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO  
FAZENDA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários**

**Certidão Número:** 0548055 - 2018

**CPF/CNPJ Raiz:** 61.198.164/

**Contribuinte:** PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

**Liberação:** 26/10/2018

**Validade:** 24/04/2019

**Tributos Abrangidos:** Imposto Sobre Serviços - ISS  
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento  
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA  
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE  
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)  
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

**Unidades Tributárias:**

CCM 1.204.467-9- Início atv :21/12/1945 (AV RIO BRANCO, 01489 - CEP: 01205-001 )  
CCM 8.258.319-6- Início atv :14/03/1974 (R PIRACUNUNGA, 01024 - CEP: 03187-010 - Cancelado em: 27/04/1994)  
CCM 2.006.668-6- Início atv :15/10/1991 (R ANTONIO GIL, 00050 - CEP: 04655-000 )  
CCM 2.426.705-8- Início atv :02/10/1995 (AV IBIRAPUERA, 00730 - CEP: 04028-000 - Cancelado em: 31/10/2001)  
CCM 9.660.535-9- Início atv :16/08/1989 (AV DOMINGOS DE SOUZA MARQUES, 00500 - CEP: 05106-010 - Cancelado em: 24/03/1994)  
CCM 3.414.141-3- Início atv :27/04/2005 (AV CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES, 05090 - CEP: 05340-002 )  
CCM 2.240.455-4- Início atv :29/04/1993 (R VERENA, 99999 - CEP: 03614-010 )  
CCM 9.713.239-0- Início atv :31/01/1990 (R AZEVEDO SOARES, 01043 - CEP: 03322-001 )  
CCM 9.566.847-0- Início atv :11/10/1988 (R ESTADO DE ISRAEL, 00289 - CEP: 04022-001 - Cancelado em: 31/10/2001)  
CCM 2.103.343-9- Início atv :10/09/1992 (AL GABRIEL M.DA SILVA, 00075 - CEP: 01441-000 - Cancelado em: 01/06/2010)  
CCM 9.713.176-8- Início atv :31/01/1990 (AV REBOUCAS, 01669 - CEP: 05401-250 )  
CCM 9.713.175-0- Início atv :31/01/1990 (AV PACAEMBU, 00035 - CEP: 01155-000 )  
CCM 9.772.192-1- Início atv :11/07/1990 (AL BR DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-010 )  
CCM 9.796.356-9- Início atv :17/09/1990 (R GAVEA, 00616 - CEP: 02121-020 )  
CCM 9.324.577-7- Início atv :14/07/1986 (R BOM PASTOR, 00975 - CEP: 04203-051 )  
CCM 9.324.581-5- Início atv :14/07/1986 (R BRIGADEIRO GAVIAO PEIXOTO, 00387 - CEP: 05078-000 )  
CCM 2.424.702-2- Início atv :22/12/1995 (R NESTOR PESTANA, 00101 - CEP: 01303-010 )  
CCM 9.412.797-2- Início atv :16/02/1987 (R GUAIANASES, 01446 - CEP: 01204-001 )  
CCM 2.196.364-9- Início atv :27/08/1993 (R VIEIRA DE MORAIS, 00410 - CEP: 04617-000 - Cancelado em: 10/07/2001)  
CCM 9.403.257-2- Início atv :16/02/1987 (R CONSELHEIRO NEBIAS, 01264 - CEP: 01203-002 - Cancelado em: 02/12/1992)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010.

Certidão emitida às 14:46:58 horas do dia 02/01/2019 (hora e data de Brasília).

**Código de Autenticidade:** 29BA48E2

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO  
FAZENDA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários**

CCM 9.507.503-8- Início atv :14/04/1988 (R DA MOOCA, 01291 - CEP: 03103-001 )  
CCM 9.511.680-0- Início atv :11/04/1988 (AV NOVE DE JULHO, 04443 - CEP: 01407-100 )  
CCM 2.024.555-6- Início atv :21/11/1991 (AV SAO MIGUEL, 06259 - CEP: 08070-002 )  
CCM 2.031.982-7- Início atv :22/01/1992 (LG DA MISERICORDIA, 00024 - CEP: 01012-020 )  
CCM 2.420.487-0- Início atv :22/11/1995 (AV NOVA CANTAREIRA, 00746 - CEP: 02330-001 )  
CCM 9.545.153-6- Início atv :08/08/1988 (R IBITINGA, 00549 - CEP: 03186-020 - Cancelado em: 27/04/1994)  
CCM 2.196.358-4- Início atv :02/09/1993 (R CARLOS STEINEN, 00059 - CEP: 04004-010 - Cancelado em: 24/09/1999)  
CCM 9.566.850-0- Início atv :18/07/1988 (AV RIO BRANCO, 01457 - CEP: 01205-001 - Cancelado em: 02/12/1992)  
CCM 9.550.197-5- Início atv :18/08/1988 (R GUAIANASES, 01041 - CEP: 01204-001 - Cancelado em: 19/09/2002)  
CCM 9.550.192-4- Início atv :18/08/1988 (R CONSELHEIRO NEBIAS, 01144 - CEP: 01203-002 - Cancelado em: 02/12/1992)  
CCM 2.243.010-5- Início atv :30/03/1994 (R DO BOSQUE, 00964 - CEP: 01136-000 - Cancelado em: 21/11/1997)  
CCM 2.437.324-9- Início atv :02/10/1995 (AV DOS BANDEIRANTES, 01851 - CEP: 04553-011 - Cancelado em: 31/01/2017)  
CCM 2.499.542-8- Início atv :01/07/1996 (R BARAO DE ITAPETININGA, 00215 - CEP: 01042-001 - Cancelado em: 13/05/1998)  
CCM 2.532.515-9- Início atv :15/11/1996 (R BRIGADEIRO GAVIAO PEIXOTO, 00383 - CEP: 05078-000 )  
CCM 2.531.864-0- Início atv :15/11/1996 (AL NOTHMANN, 00563 - CEP: 01216-000 )  
CCM 2.531.867-5- Início atv :15/11/1996 (R GUAIANASES, 01087 - CEP: 01204-001 )  
CCM 2.531.869-1- Início atv :15/11/1996 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00275 - CEP: 01217-011 )  
CCM 2.597.485-8- Início atv :30/04/1997 (AV REBOUCAS, 01669 - CEP: 05401-250 )  
CCM 2.681.522-2- Início atv :05/03/1998 (AV MANOEL MONTEIRO DE ARAUJO, 00505 - CEP: 05113-020 )  
CCM 2.705.146-3- Início atv :16/04/1998 (VIA RAPOSO TAVARES, 99999 - CEP: 05576-000 - Cancelado em: 30/12/1998)  
CCM 2.692.501-0- Início atv :16/04/1998 (AV DAS NACOES UNIDAS, 04406 - CEP: 05477-000 - Cancelado em: 30/12/1998)  
CCM 2.711.762-6- Início atv :25/06/1998 (R CONSELHEIRO CRISPINIANO, 00105 - CEP: 01037-001 )  
CCM 2.850.825-4- Início atv :09/09/1999 (AV PROF LUIZ IGNACIO ANHAIA MELLO, 02655 - CEP: 03155-100 )  
CCM 2.851.979-5- Início atv :29/09/1999 (AV GIOVANNI GRONCHI, 05420 - CEP: 05724-002 )  
CCM 2.878.007-8- Início atv :29/11/1999 (AV RIO DAS PEDRAS, 03597 - CEP: 03930-310 )  
CCM 2.911.318-0- Início atv :09/05/2000 (AL Barão de Piracicaba, 00618 - CEP: 01216-012 )  
CCM 2.924.848-5- Início atv :09/05/2000 (R TIBURCIO DE SOUSA, 01407 - CEP: 08140-000 - Cancelado em: 10/07/2001)  
CCM 2.942.029-6- Início atv :21/07/2000 (AV RIO BRANCO, 01489 - CEP: 01205-001 )  
CCM 2.942.053-9- Início atv :21/07/2000 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00275 - CEP: 01217-010 )  
CCM 3.005.872-4- Início atv :28/03/2001 (AV INDIANOPOLIS, 01267 - CEP: 04063-002 )  
CCM 3.057.201-0- Início atv :06/08/2001 (AV ATLANTICA, 00646 - CEP: 04768-000 )  
CCM 3.065.489-0- Início atv :01/10/2001 (AV GENERAL EDGAR FACO, 00777 - CEP: 02924-000 )  
CCM 3.097.288-4- Início atv :15/01/2002 (AV LIDER, 03263 - CEP: 08285-000 )  
CCM 3.140.905-9- Início atv :04/06/2002 (AV SAPOPEMBA, 21743 - CEP: 03989-010 - Cancelado em: 13/11/2003)  
CCM 3.149.170-7- Início atv :21/06/2002 (AV RIO BRANCO, 01448 - CEP: 01206-001 )  
CCM 3.466.062-3- Início atv :25/08/2005 (R CARLOS SAMPAIO, 00053 - CEP: 01333-021 )  
CCM 3.671.260-4- Início atv :03/07/2007 (AV JABAQUARA, 00798 - CEP: 04046-100 )

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010.

Certidão emitida às 14:46:58 horas do dia 02/01/2019 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 29BA48E2

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO  
FAZENDA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários**

CCM 3.722.285-6- Início atv :16/01/2008 (AL BR DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-010 )  
CCM 3.737.075-8- Início atv :08/02/2008 (AL DINO BUENO, 00286 - CEP: 01217-000 )  
CCM 3.782.376-0- Início atv :12/06/2008 (R GUAIANASES, 01239 - CEP: 01204-001 )  
CCM 3.793.695-6- Início atv :27/06/2008 (AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 00493 - CEP: 05426-100 - Cancelado em: 26/09/2013)  
CCM 3.798.860-3- Início atv :05/08/2008 (AV NORDESTINA, 00910 - CEP: 08021-000 )  
CCM 3.846.507-8- Início atv :10/11/2008 (R GAL NESTOR PASSOS, 00226 - CEP: 02417-140 )  
CCM 3.856.884-5- Início atv :06/01/2009 (R BARRA FUNDA, 00301 - CEP: 01152-000 )  
CCM 3.886.857-1- Início atv :12/02/2009 (R ESTADOS UNIDOS, 00367 - CEP: 05212-060 )  
CCM 3.910.998-4- Início atv :04/03/2009 (AL BARAO DE LIMEIRA, 01175 - CEP: 01202-003 )  
CCM 3.967.729-0- Início atv :11/05/2009 (R FORMOSA, 00367 - CEP: 01049-000 )  
CCM 3.970.662-1- Início atv :16/09/2009 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00717 - CEP: 01217-010 )  
CCM 3.992.228-6- Início atv :21/10/2009 (AV INDIANOPOLIS, 01307 - CEP: 04063-002 )  
CCM 3.992.225-1- Início atv :21/10/2009 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00777 - CEP: 01217-010 )  
CCM 3.992.218-9- Início atv :21/10/2009 (R DAS CAMELIAS, 00644 - CEP: 04048-061 )  
CCM 3.992.220-0- Início atv :21/10/2009 (R BANDIM, 00031 - CEP: 05470-040 )  
CCM 3.992.223-5- Início atv :21/10/2009 (AV ENGENHEIRO CAETANO ALVARES, 05411 - CEP: 02413-100 )  
CCM 3.992.219-7- Início atv :21/10/2009 (R CONDE DE PORTO ALEGRE, 01884 - CEP: 04608-003 )  
CCM 3.994.203-1- Início atv :21/10/2009 (AV DOUTOR CAMPOS MOURA, 00290 - CEP: 03568-010 )  
CCM 4.043.011-1- Início atv :16/03/2010 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00740 - CEP: 01216-012 )  
CCM 4.043.008-1- Início atv :16/03/2010 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00874 - CEP: 01216-012 )  
CCM 4.101.634-3- Início atv :01/06/2010 (R TURIASSU, 00770 - CEP: 05005-000 )  
CCM 4.105.384-2- Início atv :01/06/2010 (AV REPUBLICA DO LIBANO, 02200 - CEP: 04502-200 )  
CCM 4.101.631-9- Início atv :01/06/2010 (R ALVARENGA, 01653 - CEP: 05509-003 )  
CCM 4.237.676-9- Início atv :21/01/2011 (R ALFREDO PUJOL, 00369 - CEP: 02017-010 )  
CCM 4.237.670-0- Início atv :21/01/2011 (R TIJUCO PRETO, 01248 - CEP: 03316-000 )  
CCM 4.294.695-6- Início atv :19/05/2011 (AL BR DE LIMEIRA, 00621 - CEP: 01202-001 )  
CCM 4.332.047-3- Início atv :08/07/2011 (R TAGIPURU, 00906 - CEP: 01156-000 )  
CCM 4.464.247-4- Início atv :18/01/2012 (R TAGIPURU, 00906 - CEP: 01156-000 )  
CCM 4.577.624-5- Início atv :04/07/2012 (AL NOTHMANN, 00380 - CEP: 01216-000 )  
CCM 4.577.625-3- Início atv :04/07/2012 (AV S JOAO, 00313 - CEP: 01035-000 )  
CCM 4.578.935-5- Início atv :13/07/2012 (R DR ALFREDO DE CASTRO, 00299 - CEP: 01155-060 )  
CCM 4.599.172-3- Início atv :06/08/2012 (R BOM PASTOR, 01029 - CEP: 04203-051 )  
CCM 4.599.169-3- Início atv :06/08/2012 (R GUAIANASES, 01227 - CEP: 01204-001 )  
CCM 4.660.688-2- Início atv :03/12/2012 (R SANTANA DO PARAISO, 00062 - CEP: 01504-030 )  
CCM 4.685.191-7- Início atv :16/01/2013 (AV TTE JOSE JERONIMO DE MESQUITA, 00402 - CEP: 02146-000 )  
CCM 4.719.551-7- Início atv :08/03/2013 (R ALVARES PENTEADO, 00231 - CEP: 01012-001 )  
CCM 5.686.992-4- Início atv :22/12/2014 (R Alvarenga, 01653 - CEP: 05509-003 )

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010.

Certidão emitida às 14:46:58 horas do dia 02/01/2019 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 29BA48E2

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO  
FAZENDA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários**

CCM 5.252.452-3- Início atv :08/05/2015 (R GUAIANASES, 01238 - CEP: 01204-002 )  
CCM 5.774.569-2- Início atv :14/12/2015 (PC RAMOS DE AZEVEDO, 00206 - CEP: 01037-010 )  
CCM 5.686.986-0- Início atv :22/01/2016 (R Nestor Pestana, 00101 - CEP: 01303-010 )  
CCM 5.483.272-1- Início atv :09/03/2016 (R GUAIANASES, 1238 - CEP: 01204-001 )  
CGM 5.610.121-0- Início atv :02/01/2017 (AL Barão de Piracicaba, 00653 - CEP: 01216-012 )

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR. CERTIFICO MAIS QUE O CONTRIBUINTE POSSUI DIVERSOS AUTOS DE INFRAÇÃO CUJAS EXIGIBILIDADES ESTÃO SUSPENSAS EM RAZÃO DE RECURSO ORDINÁRIO E IMPUGNAÇÃO DE LANÇAMENTO. CERTIFICO AINDA QUE PROTOCOLOU PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE CORREÇÃO DE CÓDIGO DE TRIBUTAÇÃO DE TFA.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.  
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010.

Certidão emitida às 14:46:58 horas do dia 02/01/2019 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 29BA48E2

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
61.198.164/0001-60  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
09/02/1966

NOME EMPRESARIAL  
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
\*\*\*\*\*

PORTE  
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
65.12-0-00 - Sociedade seguradora de seguros não vida

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
65.11-1-01 - Sociedade seguradora de seguros vida

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO  
AV RIO BRANCO

NÚMERO  
1489

COMPLEMENTO  
RUA GUAIANASES, 1238

CEP  
01.205-001

BAIRRO/DISTRITO  
CAMPOS ELISEOS

MUNICÍPIO  
SAO PAULO

UF  
SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
CADASTROS.SOCIETARIOS@PORTOSEGURO.COM.BR

TELEFONE  
(11) 3366-8085

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 02/01/2019 às 14:31:32 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Opção escolhida: Seguradoras: Limite de Retenção

Empresa: 05886 - PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - Valores válidos para o período de fevereiro até abril de 2019

Exporta para Ms Excel®

Voltar

Obs: O arquivo exportado terá terminação .xls, mas por dentro será escrito em html. Esse fato poderá gerar uma mensagem de erro do Ms Excel®, que deverá ser ignorada.

Ramo	Limite de Retenção (R\$)
0111 - INCÊNDIO TRADICIONAL	1.562.534
0112 - Assistência - Bens em Geral	1.562.534
0114 - Compreensivo Residencial	6.250.136
0115 - ROUBO	1.562.534
0116 - Compreensivo Condomínio	6.250.136
0118 - Compreensivo Empresarial	10.000.000
0141 - LUCROS CESSANTES	10.000.000
0167 - RISCOS DE ENGENHARIA	6.250.136
0171 - RISCOS DIVERSOS	6.250.136
0173 - GLOBAL DE BANCOS	1.562.534
0195 - Garantia Est./Ext.Gar-Bens em Geral	1.562.534
0196 - Riscos Nomeados e Operacionais	1.562.534
0234 - RISCOS DE PETRÓLEO	1.562.534
0351 - R. C. Geral	6.250.136
0378 - R. C. Profissional	1.562.534
0433 - Marítimos	1.562.534
0435 - AERONÁUTICOS	1.562.534
0437 - RESPONSABILIDADE CIVIL HANGAR	1.562.534
0457 - D. P. E. M.	1.562.534
0520 - Acidentes Pessoais Passageiros-APP	6.250.136
0524 - Garantia Est./ Exten. Garantia-Auto	1.562.534
0525 - Carta Verde	2.212.965
0531 - Automóvel - Casco	6.250.136
0542 - Assistência e Outras Cobert. - Auto	6.250.136
0544 - R.C.T.Viagem Intern-Pes Trans ou ã	6.250.136
0553 - R. C. Facultativa Veículos - RCFV	6.250.136
0621 - TRANSPORTE NACIONAL	6.250.136
0622 - TRANSPORTE INTERNACIONAL	6.250.136



0627 - Resp. Civil do Transp. Intermodal	6.250.136
0628 - RCTR-P Municipal/Intermunicipal	6.250.136
0632 - R.C.Trans.Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	6.250.136
0638 - R.C.Trans. Ferroviário Carga-RCTF-C	6.250.136
0644 - R.C. Viag.Int. Pessoas - Carta Azul	6.250.136
0652 - R. C. Trans. Aéreo Carga - RCTA-C	6.250.136
0654 - R.C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	6.250.136
0655 - R.C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	6.250.136
0656 - R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	6.250.136
0658 - R.C.Operador Transp. Multi.-RCOTM-C	6.250.136
0739 - Garantia Financeira	2.600.000
0740 - Garantia de Obrigações Privadas	2.600.000
0745 - Garantia de Obrigações Públicas	2.600.000
0746 - FIANÇA LOCATÍCIA	12.000.000
0747 - Garantia de Concessões Públicas	2.600.000
0750 - Garantia Judicial	2.600.000
0775 - Garantia Segurado - Setor Público	2.600.000
0776 - Garantia Segurado - Setor Privado	2.600.000
0860 - Crédito Doméstico Risco Comercial	1.562.534
0870 - Crédito Doméstico Risco P.Física	1.562.534
0929 - Funeral	6.250.136
0969 - Viagem	6.250.136
0977 - Prestamista (exceto Habit e Rural)	6.250.136
0980 - Educacional	6.250.136
0981 - ACIDENTES PESSOAIS - INDIVIDUAL	6.250.136
0982 - Acidentes Pessoais	6.250.136
0987 - Desemprego/Perda de Renda	6.250.136
0990 - Eventos Aleatórios	6.250.136
0991 - Vida	6.250.136
0993 - VIDA EM GRUPO	6.250.136
1101 - Seguro Agrícola sem cob. do FESR	5.000.000
1102 - Seguro Agrícola com cob. do FESR	5.000.000
1103 - Seguro Pecuário sem cob. do FESR	5.000.000
1104 - Seguro Pecuário com cob. do FESR	5.000.000
1107 - Seguro Florestas sem cob. do FESR	5.000.000
1108 - Seguro Florestas com cob. do FESR	5.000.000
1130 - Seguro Benf. e Prod. Agropecuários	5.000.000
1160 - Seguro Rural	



	5.000.000
1164 - Seguros Animais	1.562.534
1329 - Funeral	6.250.136
1369 - Viagem	6.250.136
1377 - Prestamista (exceto Habit. E Rural)	6.250.136
1380 - Educacional	1.562.534
1381 - Acidentes Pessoais	6.250.136
1384 - Doenças Graves ou Doença Terminal	6.250.136
1390 - Eventos Aleatórios	6.250.136
1391 - Vida	6.250.136
1433 - Marítimos (Cascos)	1.562.534
1457 - DPED	1.562.534
1528 - R. C. Facult. para Aeronaves - RCF	1.562.534
1535 - Aeronáuticos (casco)	1.562.534
1597 - Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-RETA	1.562.534
<b>Total</b>	<b>370.544.030</b>

Empresas selecionadas	05886
Mês	201811





## MINISTÉRIO DA FAZENDA

## SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

## COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

**CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES**

Certificamos que a PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, com sede na cidade São Paulo, CNPJ 61198164000160, possui os seguintes diretores:

Nome	Cargo
CELSO DAMADI	Diretor
CLAUDIA DE OLIVEIRA MACHADO MATTEDI	Diretor
EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL	Diretor
FÁBIO OHARA MORITA	Diretor
FERNANDA HAYDEE PASQUARELLI	Diretor
ITALO GENNARO FLAMMIA	Diretor
JAIME SOARES BATISTA	Diretor
JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA	Diretor
LAURIBERTO TADEU TAVARES	Diretor
LENE ARAUJO DE LIMA	Diretor
LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES	Diretor
MARCELO BARROSO PICANÇO	Diretor
MARCELO SEBASTIAO DA SILVA	Diretor
MARCELO ZORZO	Diretor
MARCOS ROBERTO LOUÇÃO	Diretor
MARCOS ROGÉRIO SIRELLI	Diretor
ROBERTO DE SOUZA SANTOS	Presidente
SONIA APARECIDA BELEZI RICA	Diretor



Código da Certidão: **CA05886\_26122018\_154325\_648**

Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

Rio de Janeiro, 26 de Dezembro de 2018.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados





MINISTÉRIO DA FAZENDA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

## **CERTIDÃO DE REGULARIDADE**

Certificamos que PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ 61198164000160, está autorizada a operar, conforme DECRETO Nº20138, publicado(a) no D.O.U. de 13/12/1945, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br) ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão: **CR05886\_26122018\_154235\_481**

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 26 de Dezembro de 2018.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados



damente autenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer às posturas municipais aplicáveis ao serviço de concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como transmitir e receber, nos dias e horas determinados, o programa nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de três (3) meses, a contar da data do registro do contrato pelo Tribunal de Contas, a aprovação do Governo o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) meses a contar da mesma data de que trata a alínea anterior, a aprovação do Governo, as plantas, argumentos e todas as especificações técnicas das instalações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) anos, a contar da data da aprovação do que trata a alínea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se à ressalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela;

n) submeter-se à ressalva de que a frequência distribuída à sociedade não constitui direito de propriedade, e ficará sujeita às regras estabelecidas no regulamento dos serviços de rádio-comunicação (Decreto n.º 21.111), ou em outro que vier a ser baixado sobre o assunto, incidindo sempre sobre essa frequência o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituídos nas convenções e regulamentos internacionais, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço da concessão.

## IV

A concessionária não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia aprovação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a eficiência necessária e de acordo com as prescrições técnicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

## V

No regime de fiscalização que for instituído fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar como melhor lhe aprouver, os livros, escrituração e tudo que se tornar necessário a essa fiscalização.

## VI

Pela inobservância de qualquer das presentes cláusulas, em que não esteja prevista a imediata caducidade da concessão, o Governo poderá pelo órgão fiscalizador, impor à concessionária multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) conforme a gravidade da infração.

Parágrafo único. A importância de qualquer multa será recolhida à Tesouraria do Departamento dos Correios e Telégrafos, dentro do prazo improrrogável de trinta (30) dias a contar da data da notificação feita diretamente à concessionária ou da publicação do ato no Diário Oficial.

## VII

Em qualquer tempo, são aplicáveis à concessionária os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade pública e requisições militares.

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indenização:

a) se, em todo o tempo, for verificada, inobservância das disposições contidas nas alíneas d, b, c, d, e (in fine), f, g e h da cláusula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos a quota e contribuições a que se refere a alínea e da cláusula III, bem como a importância de qualquer multa imposta nos termos da cláusula VI;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação, para outros fins, que não os determinados na concessão e admitidos pela legislação que reger a matéria;

1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juízo do Governo, sem direito a qualquer indenização;

a) se, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade da concessionária para executar o serviço salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se a concessionária incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1945. — Maurício Joppert da Silva.  
(N.º 14.088 — 11-12-45 — Cr\$ 395,00).

(\*) DECRETO N.º 20.029 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1945

Dispõe sobre Tabelas Numéricas de Pessoal do Instituto Nacional do Pinho.

(Publicado no Diário Oficial de 8 de dezembro de 1945 — Seção I)

## RETIFICAÇÃO

Página 18.312

## Situação proposta

Onde se lê:

1 Diretor do Departamento de Economia Florestal .....	3.000,00
2 Assistente da Presidência .....	2.800,00
1 Inspetor Geral .....	2.800,00
1 Assistente do Secretário Geral .....	2.800,00
1 Chefe do Serviço Administrativo do Departamento de Economia Florestal .....	2.800,00
1 Contador Geral .....	2.500,00
4 Inspetor Regional .....	2.500,00
4 Silvicultor Regional .....	2.500,00

## Lê-se:

1 Diretor do Departamento de Economia Florestal .....	3.000,00
2 Assistente da Presidência .....	2.800,00
1 Inspetor Geral .....	2.800,00
1 Assistente do Secretário Geral .....	2.600,00
1 Chefe do Serviço Administrativo do Departamento de Economia Florestal .....	3.500,00
1 Contador Geral .....	2.500,00
4 Inspetor Regional .....	2.500,00
4 Silvicultor Regional .....	2.500,00

(\*) Retificado por ter saído com erro de revisão.

DECRETO N.º 20.138 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1945

Concede à Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova seus estatutos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra c, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a funcionar em operações de seguros e resseguros dos ramos elementares, a que se refere o art. 40, n.º 1, do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, com sede na cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, e constituída pela escritura pública lavrada em notas do 4.º tabelião daquela cidade, a 8 de setembro do corrente ano, bem como ficam aprovados os estatutos adotados pelos subscritores do seu capital e constantes da referida escritura.

Art. 2.º A sociedade ficará integralmente sujeita às leis e regulamentações vigentes, ou que vierem a vigorar, sobre o objeto da autorização de que trata o presente decreto.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1945, 124.ª da Independência e 37.ª da República.

JOSE LINHARES.

R. Carneiro de Mendonça.

Escritura de constituição de sociedade anônima. — Cr\$ 2.000.000,00.

Saíram quantos esta virem que aos seis dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta e cinco, nesta cidade de São Paulo, em meu cartório, perante mim tabelião, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: como outorgantes e reciprocamente outorgados — José Alfredo de Almeida, casado, maior, comerciante, residente na rua Bahia n.º 381; Dr. José da Cunha Júnior, casado, maior, banqueiro, residente na rua Novo Horizonte n.º 311, neste ato representado por seu procurador Sr. Amador Aguiar, nos termos da procuração de notas do 1.º Tabelião de Marília, Livro 93, fls. 83, de 4 de setembro de 1945, a qual me foi exibida e fica registrada e arquivada neste cartório; José Andrade de Sousa, casado, maior, comerciante, residente na rua Faissandu n.º 73, apartamento 16; Amador Aguiar, casado, maior, banqueiro, residente na rua Bahia n.º 381; Carlos Murano, casado, maior, comerciante, residente na Avenida Rodrigues Alves n.º 593; Antônio Calandriello, casado, maior, funcionário público, residente na Praça Marechal Deodoro n.º 146; Mário Murano, casado, maior, comerciante, residente na Avenida Aclimação número 803; Horácio José Guerra, casado, maior, funcionário público, residente na rua Salvador Correia número 168; e Décio Calvo de Abreu, casado, maior, comerciante, residente na Praça Marechal Deodoro n.º 188, apartamento 2, todos brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, meus conhecidos e das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, do que dou fé. — E, perante as mesmas testemunhas, disseram todos os outorgantes e reciprocamente outorgados, de comum acordo:

1.º que ajustaram e, pela presente e melhor forma de direito, tornam efetiva a constituição de uma sociedade anônima ou por ações, com sede nesta Capital, sob a denominação de "Porto Seguro" Companhia de Seguros Gerais, tendo por objeto a exploração das operações de seguros e resseguros dos ramos elementares, isto é, os que tenham por fim garantir perdas e danos ou responsabilidades provenientes de riscos de fogo, transportes, acidentes pessoais, responsabilidade civil, automóveis, roubos e outros eventos que possam afetar pessoas ou coisas, podendo também exercer a administração de bens;

2.º que o capital social é de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), dividido em duas mil (2.000) ações ordinárias nominativas do valor nominal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma;

3.º que o referido capital foi integralmente subscrito por eles outorgantes e reciprocamente outorgados, pelo modo seguinte: José Alfredo de Almeida, setecentas e sessenta ações, no valor total de setecentos e sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 766.000,00); José da Cunha Júnior, quinhentas ações, no valor total de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00); José Andrade de Sousa, cem ações no valor total de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00); Amador Aguiar, quinhentas ações, no valor total de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00); Carlos Murano, cinquenta ações, no valor total de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00); Mário Murano, vinte ações, no valor total de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00); Horácio José Guerra, dez ações, no valor total de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), e Décio Calvo de Abreu, dez ações, no valor total de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), perfazendo tudo duas mil ações ou dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00);

4.º que, do referido capital foram realizados em dinheiro, por eles outorgantes e reciprocamente outorgados, proporcionalmente ao número de ações, que respectivamente subscreveram, vinte por cento (20%) na importância de quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 400.000,00), tendo sido o depósito dessa importância efetuado no Banco do Brasil S. A., nesta Capital, conforme o documento adiante transcrito, e os restantes oitenta por cento (80%) serão realizados de acordo com os estatutos; cinquenta e cinco por cento (55%) dentro de trinta dias após a publicação do decreto que autorizar o funcionamento da Sociedade e os vinte e cinco por cento (25%) restantes dentro de dois anos, da data acima referida, quando reclamados pela Diretoria, ou quando e pela forma exigida pelo Governo; 5.º que a Sociedade se regulará pelos seguintes estatutos por eles outorgantes e reciprocamente outorgados unanimemente aprovados: "Estatutos da "Porto Seguro" Cia. de Seguros Gerais. — Capítulo I — Denominação, sede, objeto e duração. — Art. 1.º — Soli a denominação de "Porto Seguro" — Companhia de Seguros Gerais, fica constituída uma sociedade anônima, que se regerá pelos presentes estatutos e pela legislação vigente. — Art. 2.º — A Sociedade terá sua sede na cidade de São Paulo, Capital do Estado do mesmo nome, da República dos Estados Unidos do Brasil, podendo criar agências, sucursais e filiais em qualquer localidade do país. — Art. 3.º — A Sociedade tem por objeto a explora-

sociedade anônima ou por ações, com sede nesta Capital, sob a denominação de "Porto Seguro" Companhia de Seguros Gerais, tendo por objeto a exploração das operações de seguros e resseguros dos ramos elementares, isto é, os que tenham por fim garantir perdas e danos ou responsabilidades provenientes de riscos de fogo, transportes, acidentes pessoais, responsabilidade civil, automóveis, roubos e outros eventos que possam afetar pessoas ou coisas, podendo também exercer a administração de bens;

2.º que o capital social é de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), dividido em duas mil (2.000) ações ordinárias nominativas do valor nominal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma;

3.º que o referido capital foi integralmente subscrito por eles outorgantes e reciprocamente outorgados, pelo modo seguinte: José Alfredo de Almeida, setecentas e sessenta ações, no valor total de setecentos e sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 766.000,00); José da Cunha Júnior, quinhentas ações, no valor total de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00); José Andrade de Sousa, cem ações no valor total de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00); Amador Aguiar, quinhentas ações, no valor total de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00); Carlos Murano, cinquenta ações, no valor total de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00); Mário Murano, vinte ações, no valor total de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00); Horácio José Guerra, dez ações, no valor total de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), e Décio Calvo de Abreu, dez ações, no valor total de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), perfazendo tudo duas mil ações ou dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00);


4.º que, do referido capital foram realizados em dinheiro, por eles outorgantes e reciprocamente outorgados, proporcionalmente ao número de ações, que respectivamente subscreveram, vinte por cento (20%) na importância de quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 400.000,00), tendo sido o depósito dessa importância efetuado no Banco do Brasil S. A., nesta Capital, conforme o documento adiante transcrito, e os restantes oitenta por cento (80%) serão realizados de acordo com os estatutos; cinquenta e cinco por cento (55%) dentro de trinta dias após a publicação do decreto que autorizar o funcionamento da Sociedade e os vinte e cinco por cento (25%) restantes dentro de dois anos, da data acima referida, quando reclamados pela Diretoria, ou quando e pela forma exigida pelo Governo; 5.º que a Sociedade se regulará pelos seguintes estatutos por eles outorgantes e reciprocamente outorgados unanimemente aprovados: "Estatutos da "Porto Seguro" Cia. de Seguros Gerais. — Capítulo I — Denominação, sede, objeto e duração. — Art. 1.º — Soli a denominação de "Porto Seguro" — Companhia de Seguros Gerais, fica constituída uma sociedade anônima, que se regerá pelos presentes estatutos e pela legislação vigente. — Art. 2.º — A Sociedade terá sua sede na cidade de São Paulo, Capital do Estado do mesmo nome, da República dos Estados Unidos do Brasil, podendo criar agências, sucursais e filiais em qualquer localidade do país. — Art. 3.º — A Sociedade tem por objeto a explora-



Casa Civil / PR / Imprensa Nacional

*Esta reprodução do Diário Oficial e/ou Diário da Justiça  
e/ou Coleção das Leis da República Federativa do Brasil  
confere com o original.*

Biblioteca Machado de Assis, 25 / 7 / 2002

  
Carlos Alberto Raymundo Simões-Mestr. 442235



ção das operações de seguros e resseguros dos ramos elementares, isto é, dos que têm por fim garantir perdas e danos ou responsabilidades provenientes de fogo, transporte, acidentes pessoais, responsabilidade civil, automóveis, rombos e outros eventos que possam ocorrer, afetando pessoas ou coisas, podendo exercer a administração dos bens. — Art. 4.º — O prazo da sua duração é de trinta (30) anos, a contar da data do decreto que autorizar o seu funcionamento e prorrogável por deliberação da assembleia geral, mediante aprovação do Governo. — Capítulo II — Capital. — Art. 5.º — O capital social é de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00). — Esse capital será dividido em duas mil ações ordinárias nominativas e do valor nominal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma e subscritas por cidadãos brasileiros. — Dito capital será integralizado da maneira seguinte: vinte por cento (20%) no ato da subscrição; cinquenta e cinco por cento (55%) dentro de trinta dias após a publicação do decreto que autorizar o funcionamento da Sociedade e os doze e cinco por cento (25%) restantes dentro de dois anos da data acima referida, quando reclamado pela Diretoria, ou quando e pela forma exigida pelo Governo. — Art. 6.º — As ações não poderão pertencer senão a pessoas físicas de nacionalidade brasileira, observadas as restrições legais. — Parágrafo único: — No caso de aumento de capital os acionistas terão preferência para a subscrição na proporção das ações que possuírem. — Capítulo III — Diretoria. — Art. 7.º A Diretoria é composta de três (3) membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um Superintendente, e eleita pela assembleia geral, entre os acionistas residentes no país, pelo prazo de seis (6) anos, sendo permitida a reeleição. — Art. 8.º — Como garantia de sua responsabilidade, cada diretor, efetivo ou provisório, cautionará vinte (20) ações da Sociedade, não podendo granjear a caução antes de deixar o cargo e de aprovadas as suas contas pela assembleia geral. — Parágrafo único — A investidura dos membros da Diretoria far-se-á mediante termo lavrado no "Livro de Atas", das reuniões da Diretoria. — Art. 9.º — O presidente será abonado um vencimento mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), ao vice-presidente um vencimento mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) e ao Superintendente o vencimento mensal de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros). — Parágrafo único — Os diretores receberão ainda a gratificação a que se refere o art. 26.º, letra "e". — Art. 10.º — Compete à Diretoria: a) praticar todos os atos de administração da Sociedade; b) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transgír, renunciar direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais; c) deliberar sobre a criação ou extinção de agências, filiais ou representações da Sociedade no País, bem como sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas. § 1.º — Os documentos relativos aos atos de atribuições da Diretoria que importem em obrigações para a Sociedade, serão assinados por dois diretores, exceto as apólices de seguro que serão assinadas por qualquer dos diretores. § 2.º — A representação da Sociedade, perante a repartição fiscalizadora de suas operações, caberá a qualquer dos diretores. § 3.º — As deliberações da Diretoria

constarão de atas lavradas no livro próprio. Artigo 11 — Ao diretor-presidente compete: a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; b) assinar juntamente com outro diretor as ações da Sociedade; c) instalar as assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, de acordo com as prescrições legais; d) executar, dentro das suas atribuições, os presentes estatutos, as deliberações da Diretoria e as das assembleias gerais; e) representar a sociedade em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente sem prejuízo do disposto no § 2.º do artigo anterior; f) substituir o diretor-superintendente nos seus impedimentos ocasionais ou temporários até trinta (30) dias, acumulando as funções. Artigo 12 — Ao diretor vice-presidente compete: a) tomar parte nas reuniões da Diretoria, para discutir e votar os assuntos que lhe sejam sujeitos; b) substituir o diretor-presidente nos seus impedimentos ocasionais ou temporários, até trinta (30) dias, acumulando as funções; c) assinar com outro diretor as ações da Sociedade. Artigo 13 — Ao diretor superintendente cabe a gerência dos serviços da Sociedade, inclusive: a) prover os cargos criados pela Diretoria, nomear e demitir os funcionários e representantes, fixando-lhes os vencimentos; b) ter sob sua guarda os arquivos da Sociedade; c) superintender a arrecadação da receita e ter sob a sua guarda e responsabilidade o numerário em caixa valores e títulos da Sociedade; d) assinar juntamente com outro diretor as ações da Sociedade; e) substituir o diretor vice-presidente nos seus impedimentos ocasionais ou temporários, até trinta (30) dias, acumulando as funções. Artigo 14 — No caso de vaga no cargo de diretor, os restantes nomearão um substituto, que servirá até a primeira assembleia geral, à qual caberá deliberar sobre o provimento efetivo até a terminação do mandato. Parágrafo único — No caso de impedimento de qualquer dos diretores por mais de trinta (30) dias os restantes escolherão um substituto provisório. Capítulo IV — Conselho Fiscal — Artigo 15 — O Conselho Fiscal é composto de três membros efetivos e de igual número de suplentes, eleitos, anualmente pela assembleia geral ordinária entre os acionistas ou não residentes no país, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. Artigo 16 — Os membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela assembleia geral que os eleger. Artigo 17 — Os suplentes substituirão os membros efetivos do Conselho Fiscal por ordem de votação, e no caso de igualdade desta, o desempate será sucessivamente pela posse de maior número de ações ou pela idade mais elevada, salvo no caso de membro efetivo eleito pela maioria dissidente, o qual será substituído pelo respectivo suplente. Capítulo V — Assembleia Geral — Artigo 18 — A assembleia geral ordinária reunir-se-á anualmente até o dia trinta e um (31) de março, sob a presidência do acionista que for indicado por ela. Parágrafo único — O presidente da assembleia convidará dois dos acionistas presentes para secretários da mesa, distribuindo os trabalhos entre eles. Artigo 19 — As assembleias gerais extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legais e regularmente convocadas, constituindo-se, a mesa pela forma prescrita no artigo anterior. — Artigo 20 — Os anúncios de primeira convocação das assembleias serão publicados pelo menos três vezes no jornal oficial da sede da Sociedade e em outro de gran-

de circulação também da sede, com antecedência mínima de quinze (15) dias, para as reuniões das assembleias ordinárias e de oito (8) para as extraordinárias. — Parágrafo único — As demais convocações das assembleias gerais processar-se-ão pela forma prevista neste artigo, com a antecedência de cinco (5) dias. — Artigo 21 — Uma vez convocada a assembleia geral ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a assembleia ou fique sem efeito a convocação. — Artigo 22 — As deliberações das assembleias serão sempre tomadas por maioria absoluta de votos. Parágrafo único — A cada ação corresponde um voto. — Artigo 23 — Verificando-se o caso de existência de ações como objeto de comunhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os condôminos designarem para figurar como representantes junto à Sociedade, ficando suspenso o exercício desses direitos enquanto não for feita a designação. — Artigo 24 — Os acionistas poderão fazer-se representar nas reuniões das assembleias gerais por mandatários que sejam acionistas e que não pertençam a órgãos de administração ou do Conselho Fiscal. — Artigo 25 — Para que possam comparecer às assembleias gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão entrega dos respectivos documentos comprobatórios, na sede da Sociedade, até a véspera das reuniões. — Capítulo VI — Lucros — Artigo 26 — Os lucros líquidos que se verificarem anualmente depois de deduzidas as reservas exigidas pela legislação de seguros e de formação independente de lucro, serão distribuídos pela seguinte forma: a) — cinco por cento (5%) para constituição de fundo de reserva legal, destinado a garantir a integridade do capital até que o mesmo atinja vinte por cento (20%) daquele capital; b) — o excedente em lei para constituição do fundo de garantia de retrocessões; c) — o necessário para distribuição de dividendos aos acionistas, por determinação da assembleia geral, mediante proposta da Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal; d) — dois por cento (2%) para o fundo de resgate das partes beneficiárias; e) — vinte e um por cento (21%) para serem distribuídos aos diretores efetivos, em partes iguais, não lhes cabendo, porém, percentagem alguma sempre que se não distribua aos acionistas um dividendo de, pelo menos, seis por cento ao ano (6%). — Do saldo serão retirados: f) — quinze por cento (15%) para reserva de previdência destinada a suprir possíveis deficiências das reservas exigidas pela legislação de seguros; g) — cinco por cento (5%) para a reserva suplementar destinada a atender a eventuais prejuízos e amortizar verbas do ativo; h) oito por cento (8%) — para atribuição às partes beneficiárias de que trata o artigo 27 e sua consequente distribuição aos respectivos possuidores; i) — quinze por cento (15%) para serem distribuídos aos empregados a Juízo da Diretoria, não sendo, porém, distribuída percentagem alguma sempre que se não distribua aos acionistas um dividendo de, pelo menos, seis por cento (6%) ao ano; j) — o restante será levado ao Fundo de Bonificação aos acionistas, a ser distribuído conforme deliberar a assembleia geral. — Parágrafo único — Reverterão a favor da Sociedade e serão levados ao crédito da conta de lucros e perdas os dividendos prescritos na forma da lei.

— Capítulo VII — Partes beneficiárias. — Artigo 27 — A Sociedade emitirá dentro de sessenta (60) dias após estar funcionando legalmente, seis (6) partes beneficiárias, representadas por títulos nominativos, que serão entregues, independentemente de pagamento, às pessoas designadas no artigo 31 destes estatutos, como remuneração dos serviços prestados à Sociedade. Artigo 28 — Transcorridos dez (10) anos do início do funcionamento da sociedade, serão resgatadas as partes beneficiárias. — Parágrafo único — O valor do resgate de cada parte beneficiária será o quociente da divisão do fundo de resgate das partes beneficiárias pelo número delas. — Artigo 29 — As partes beneficiárias serão títulos nominativos e não poderão ser transferidas senão a pessoas físicas de nacionalidade brasileira. Capítulo VIII — Disposições gerais. Artigo 30 — O exercício financeiro da Sociedade compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro. Artigo 31 — Na conformidade do disposto no artigo 27 destes estatutos, duas das partes beneficiárias serão entregues ao Sr. José Alfredo de Almeida, duas ao Sr. Dr. José da Cunha Júnior e duas ao Sr. José Andrade de Sousa, incorporadores da Sociedade. Artigo 32. A primeira Diretoria terminará o seu mandato com a assembleia geral ordinária a realizar-se no ano de 1951 e o primeiro Conselho Fiscal com a assembleia geral ordinária a realizar-se em 1946. São Paulo, 27 de agosto de 1945. — José Alfredo de Almeida. — José da Cunha Júnior. — José Andrade de Sousa. — Amador Aguiar. — Carlos Murano. — Antônio Colandriello. — Mário Murano. — Horácio José Guerra. — Dêcio Calveiro de Abreu. (8.º) — Que estando assim cumpridas todas as formalidades legais, eles outorgantes e reciprocamente cõrregados declaram como é de sua expressa vontade, constituída a aludida Sociedade "Porto Seguro" — Companhia de Seguros Gerais e nomeiam para a primeira diretoria os seguintes acionistas: — para o cargo de Diretor-Presidente: José Alfredo de Almeida; para o cargo de Diretor-Vice-Presidente: Doutor José da Cunha Júnior e para o cargo de Diretor-Superintendente: José Andrade de Sousa e para membros do Conselho Fiscal, efetivos, os cidadãos: Mauro de Almeida Rodrigues, brasileiro, casado, comerciante, residente na Rua Álvares Penteado número 180, 7.º andar, nesta Capital; José Ferraz do Amaral, brasileiro, casado, comerciante, residente na Rua 3 de dezembro n.º 33 e Luis Siqueira, brasileiro, casado, bancário, residente na Rua Álvares Penteado número 180 e para suplentes os seguintes, que são subscritores e acionistas da Sociedade: Mário Murano, Amador Aguiar e Carlos Murano, cujos qualificativos foram a princípio indicados; 7.º — que, pela presente dão por empossados sua primeira Diretoria e seu primeiro Conselho Fiscal e Suplentes, devendo os diretores fazer a caução mencionada nos estatutos sociais; 8.º — que é fixada a remuneração de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) para o período do mandato dos membros efetivos e em exercício do Conselho Fiscal; 9.º — finalmente, que fica a diretoria autorizada a praticar todos os atos necessários à completa legalização da Sociedade e ao seu funcionamento, fazendo para isso, todas as despesas precisas, reconhecidas as



Casa Civil / PR / Imprensa Nacional

Esta reprodução do Diário Oficial e/ou Diário da Justiça  
é ou Coleção das Leis da República Federativa do Brasil  
conferir com o original.

Biblioteca Nacional de Leis, 25/7 /2002

Carlos Alberto Ruy  
442235



de efetuadas com a incorporação da Sociedade. — Em seguida me foram apresentados os documentos seguintes: — "Ao Banco do Brasil S.A. — José Alfredo de Almeida e José Andrade de Sousa, na qualidade de fundadores (incorporadores) da Porto Seguro-Companhia de Seguros Gerais, em cumprimento ao disposto no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 6.936, de 1.º de novembro de 1943, depositam no Banco do Brasil S.A. a importância de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) — proveniente de 20% (vinte por cento) que receberam dos subscritores do seu capital social subscrito de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para os fins previstos no parágrafo 2.º do referido artigo, cuja relação e cópias respectivas se fornece abaixo: José Alfredo de Almeida, residente na Rua Bahia n.º 361 — Cr\$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil cruzeiros); Doutor José da Cunha Júnior, residente na Rua Novo Horizonte, 311 — Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros); José Andrade de Sousa, residente à Rua Falsandú número 73, apartamento 16, Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros); Amador Aguiar, residente à Rua Baía n.º 361, Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros); Carlos Murano, residente à Avenida Rodrigues Alves número 594, Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Antônio Calandriello, residente à Praça Marechal Deodoro n.º 146, apartamento 2.º 7, Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Mário Murano, residente à Avenida Azeiteiro número 809, Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros); Horácio José Guerra, residente à Rua Salvador Correia número 168, Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros); e Décio Calvoso de Abreu, residente à Praça Marechal Deodoro n.º 166, apartamento 1, Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros). A importância ora depositada só poderá ser levantada após a publicação do decreto que autorizar o funcionamento da Sociedade, mediante prévia autorização do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização. — São Paulo, 3 de setembro de 1945. — Incorporadores: — José Alfredo de Almeida. — José Andrade de Sousa. — Recebemos dos Srs. José Alfredo de Almeida e José Andrade de Sousa, incorporadores da Porto Seguro — Companhia de Seguros Gerais, valor do cheque-visto n.º 977.870 — Série II, a cargo do Banco Brasileiro de Descontos S. A., nos termos da presente declaração. — Selada com uma estampilha federal de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) e taxa de Educação de Cr\$ 0,40 (quarenta centavos) assim inutilizadas: São Paulo, 4 de setembro de 1945. — Cesar Caribé da Rocha, Chefe de Serviço. — Carimbo do Banco do Brasil em vermelho. — Recebido em cheque um (1) visto (1). — Cartório do Tabelião Firmo — Rua da Quitanda n.º 88 — Telefone 3-3532 — Federal — Guia de selo de verbo. O Sr. 4.º Tabelião de Notas, Sucessor desta Capital, morador à Rua da Quitanda número 88, vai pagar na repartição competente o imposto de selo proporcional devido sobre a quantia de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) valor da escritura de constituição da Porto Seguro — Companhia de Seguros Gerais, lavrada em suas notas, nesta data, no livro 486, a. folhas 54 e seguintes. — São Paulo, 6 de setembro de 1945. — Pelo 4.º Tabelião, Walter Vilela de Oliveira. — Importância recolhida: Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros). N.º 027.471 — R. extradição Federal em São Paulo — Selo por verbo — Exercício de 16.

Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros). — No livro de receita a folha fica debitado o Tesoureiro pela quantia de oito mil cruzeiros recebida do Sr. Quarto Tabelião proveniente de uma guia, conforme a verba número 25. — São Paulo, 6 de setembro de 1945. — Ajudante de Tesoureiro (assinatura ilegível). — Função (assinatura ilegível). — Na frente da guia n.º 25 — Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros). Pagou oito mil cruzeiros — Recebedoria Federal em São Paulo, 6 de setembro de 1945. — O Tesoureiro — O Escrivão do selo — assinaturas ilegíveis. Pelos outorgantes e reciprocamente outorgados me foi dito que aceitam esta escritura em todos os seus termos. — De como assim o disseram, me pediram e lhes lavrei esta escritura hoje a mim distribuída a qual lhes li perante as testemunhas José Aluizio Pupo e Lázaro de Moura, brasileiros, solteiros, maiores, auxiliares de cartório, meus conhecidos e de tudo dou fé. Eu, Euclides Ayres de Castro, ajudante habilitado, a escrevi. E eu, Antônio A. Firmino da Silva, Tabelião Sucessor, a subscrevi. — Amador Aguiar. — José Alfredo de Almeida. — José Andrade de Sousa. — Carlos Murano. — Antônio Calandriello. — Mário Murano. — Horácio José Guerra. — Décio Calvoso de Abreu. — Lázaro de Moura. — José Aluizio Pupo. (A presente escritura estava selada com cem cruzeiros (Cr\$ 100,00) de emolumentos capital, devidamente inutilizadas na forma da lei. O selo federal devido pela presente escritura, foi pago por verba, conforme acima foi transcrito o respectivo laudo recibo). Confere com o original constante do Processo n.º 318.781-45. Em 27 de novembro de 1945. — Stella Novais, Aux. Escr. X. Visto. — Em 27 de novembro de 1945. — Olyvando de Araújo Santos, Secretário Geral.

#### Estatutos da "Porto Seguro" — Companhia de Seguros Gerais

##### CAPÍTULO I

##### DESIGNAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1.º Sob a denominação de "Porto Seguro" — Companhia de Seguros Gerais, fica constituída uma sociedade anônima que se regerá pelos presentes Estatutos e pela legislação vigente.

Art. 2.º A Sociedade terá sua sede na cidade de São Paulo, Capital do Estado do mesmo nome, da República dos Estados Unidos do Brasil, podendo criar Agências, Sucursais e Filiais em qualquer localidade do País.

Art. 3.º A Sociedade tem por objeto a exploração das operações de seguros e resseguros dos ramos elementares, isto é, des que têm por fim garantir perdas e danos ou responsabilidades provenientes de fogo, transporte, acidentes pessoais, responsabilidade civil, automóveis, roubo e outros eventos que possam ocorrer, afetando pessoas ou coisas, podendo exercer a administração de bens.

Art. 4.º O prazo de sua duração é de trinta (30) anos, a contar da data do decreto que autorizar o seu funcionamento e prorrogável por deliberação da assembleia geral, mediante aprovação do Governo.

##### CAPÍTULO II

##### CAPÍTULO III

Art. 5.º O capital social é de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00). Esse capital será dividido em duas mil ações ordinárias, nominativas e de va-

lor nominal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma e subscrito por cidadãos brasileiros. Dito capital será integralizado da maneira seguinte: — vinte por cento (20%) no ato da subscrição; cinquenta e cinco por cento (55%) dentro de trinta dias após a publicação do decreto que autorizar o funcionamento da Sociedade e os vinte e cinco por cento (25%) restantes dentro de dois anos da data acima referida, quando reclamados pela Diretoria, ou quando e pela forma exigida pelo Governo.

Art. 6.º As ações não poderão pertencer senão a pessoas físicas de nacionalidade brasileira, observadas as restrições legais.

Parágrafo único. No caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência para a subscrição na proporção das ações que possuírem.

##### CAPÍTULO III

##### DIRETORIA

Art. 7.º A Diretoria é composta de três (3) membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um Superintendente, e eleita pela assembleia geral, entre os acionistas residentes no país, pelo prazo de seis (6) anos, sendo permitida a reeleição.

Art. 8.º Como garantia de sua responsabilidade, cada diretor, efetivo ou provisório, caucionará vinte (20) ações da Sociedade, não podendo levantar a caução antes de deixar o cargo e de aprovadas as suas contas pela assembleia geral.

Parágrafo único. A investidura dos membros da Diretoria far-se-á mediante termo lavrado no "Livro de Atas" das reuniões da Diretoria.

Art. 9.º Ao presidente será abonado um vencimento mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), ao vice-presidente um vencimento mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) e ao superintendente o vencimento mensal de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Os diretores receberão ainda a gratificação a que se refere o art. 26, letra e.

Art. 10. Compete à Diretoria:

- praticar todos os atos de administração da Sociedade;
- resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais;
- deliberar sobre a criação ou extinção de Agências, Filiais ou representações da Sociedade no país, bem como sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas.

1.º Os documentos relativos aos atos de atribuições da Diretoria que importem em obrigações para a Sociedade, serão assinados por dois diretores, exceto as apólices de seguros, que serão assinadas por qualquer dos diretores.

2.º A representação da Sociedade, perante a repartição fiscalizadora de suas operações, caberá a qualquer dos diretores.

3.º As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio.

Art. 11. Ao diretor-presidente compete:

- convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- assinar juntamente com outro diretor as ações da Sociedade;
- instalar as assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, de acordo com as restrições legais;

d) executar, dentro das suas atribuições, os presentes estatutos, as deliberações da Diretoria e as das assembleias gerais;

e) representar a Sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, sem prejuízo do disposto no § 2.º do artigo anterior.

f) substituir o diretor-superintendente nos seus impedimentos ocasionais ou temporários, até trinta (30) dias, acumulando as funções.

Art. 12. Ao diretor vice-presidente compete:

a) tomar parte nas reuniões da Diretoria, para discutir e votar os assuntos que lhe sejam sujeitos;

b) substituir o diretor-presidente nos seus impedimentos ocasionais ou temporários, até 30 dias, acumulando as funções;

c) assinar com outro diretor as ações da Sociedade;

Art. 13. Ao diretor-superintendente cabe a gerência dos serviços da Sociedade, inclusive:

a) prover os cargos criados pela Diretoria, nomear e demitir os funcionários e representantes, fixando-lhes os vencimentos;

b) ter sob sua guarda os arquivos da Sociedade;

c) superintender a arrecadação da receita e ter sob a sua guarda e responsabilidade o numerário em caixa, valores e títulos da Sociedade;

d) assinar juntamente com outro diretor as ações da Sociedade;

e) substituir o diretor vice-presidente nos seus impedimentos ocasionais ou temporários, até trinta (30) dias, acumulando as funções.

Art. 14. No caso de vaga no cargo de diretor, os restantes nomearão um substituto, que servirá até a primeira assembleia geral, à qual caberá deliberar sobre o provimento efetivo, até a terminação do mandato.

Parágrafo único. No caso de impedimento de qualquer dos diretores por mais de trinta (30) dias, os restantes escolherão um substituto pro visório.

##### CAPÍTULO IV

##### CONSELHO FISCAL

Art. 15. O conselho fiscal é composto de três membros efetivos e de igual número de suplentes, eleitos, anualmente, pela assembleia geral ordinária entre os acionistas ou não residentes no país, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição.

Art. 16. Os membros do conselho fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela assembleia geral, que os eleger.

Art. 17. Os suplentes substituirão os membros efetivos do conselho fiscal, por ordem de votação e, no caso de igualdade desta, o desempate será, sucessivamente, pela posse de maior número de ações ou pela idade mais elevada, salvo no caso de membro efetivo eleito pela minoria dissidente, o qual será substituído pelo respectivo suplente.

##### CAPÍTULO V

##### ASSEMBLEIA GERAL

Art. 18. A assembleia geral ordinária reunir-se-á anualmente até o dia trinta e um (31) de março, sob a presidência do acionista que for indicado por ela.

Parágrafo único. O presidente da assembleia convidará dois dos acionistas presentes para secretários da mesa, distribuindo os trabalhos entre eles.

Art. 19. As assembleias gerais extraordinárias reunir-se-ão todas as



Casa Civil / PR / Imprensa Nacional

Esta reprodução do Diário Oficial e/ou Diário da Justiça  
e/ou Coleção das Leis da República Federativa do Brasil  
confero com o original.

Biblioteca Machado de Assis, 25/7 /2002

  
Carlos Alberto Raymundo Mendes-Almeida 442235



votos que forem legal e regularmente convocados, constituindo-se a mesa pela forma prescrita no artigo anterior.

Art. 20. Os anúncios de primeira convocação das assembleias serão publicados pelo menos três vezes no jornal oficial da sede da Sociedade e em outro de grande circulação também da sede, com antecedência mínima de quinze (15) dias para as reuniões das assembleias ordinárias e de oito (8) dias para as extraordinárias.

Parágrafo único. As demais convocações das assembleias gerais previstas no art. 20 pela forma prevista neste artigo, com a antecedência de cinco (5) dias.

Art. 21. Uma vez convocada a assembleia geral ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a assembleia ou fique sem efeito a convocação.

Art. 22. As deliberações das assembleias serão sempre tomadas por maioria absoluta de votos.

Parágrafo único. A cada ação corresponde um voto.

Art. 23. Verificando-se o caso de existência de ações como objeto de compra, o exercício de direitos a elas referidos caberá a quem os condôminos designarem para figurar como representante junto à Sociedade, ficando suspenso o exercício desses direitos enquanto não for feita a designação.

Art. 24. Os acionistas poderão fazer-se representar nas reuniões das assembleias gerais por mandatários que sejam acionistas e que não pertençam à órgãos da administração ou do conselho fiscal.

Art. 25. Para que possam comparecer às assembleias gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão entrega dos respectivos documentos comprobatórios, na sede da Sociedade, até a véspera das reuniões.

## CAPÍTULO VI

## LUCROS

Art. 26. Os lucros líquidos que se verificarem anualmente, depois de deduzidas as reservas exigidas pela legislação de seguros e de formação independente de lucro, serão distribuídos pela seguinte forma:

a) cinco por cento (5%) para constituição do fundo de reserva legal, destinado a garantir a integridade do capital até que o mesmo atinja, vinte por cento (20%) daquele capital;

b) o excedente em lei para constituição do fundo de garantia de retrocessões;

c) o necessário para distribuição de dividendos aos acionistas, por determinação da assembleia geral, mediante proposta da Diretoria, ouvido o conselho fiscal;

d) dois por cento (2%) para o fundo de resgate das partes beneficiárias;

e) vinte e um por cento (21%) para serem distribuídos aos diretores efetivos, em partes iguais, não lhes cabendo, porém, percentagem alguma sempre que se não distribua aos acionistas um dividendo de, pelo menos, seis por cento (6%) ao ano;

f) quinze por cento (15%) para reserva de previdência destinada a suprir possíveis deficiências das reservas exigidas pela legislação de seguros;

g) cinco por cento (5%) para a reserva suplementar destinada a atender

der a eventuais prejuízos e a outras despesas do ativo;

h) oito por cento (8%) para distribuição às partes beneficiárias de que trata o art. 27 e sua consequente distribuição aos respectivos possuidores;

i) quinze por cento (15%) para serem distribuídos aos empregados, a julgo da Diretoria, não sendo, porém, distribuída percentagem alguma sempre que se não distribua aos acionistas um dividendo de, pelo menos, seis por cento (6%) ao ano;

j) o restante será levado ao Fundo de Bonificação aos acionistas, a ser distribuído conforme deliberar a assembleia geral.

Parágrafo único. Reverterão a favor da Sociedade e serão levados ao crédito da conta de Lucros e às suas divisões prescritos na forma da lei.

## CAPÍTULO VII

## PARTES BENEFICIÁRIAS

Art. 27. A Sociedade emitirá dentro de sessenta (60) dias após estar funcionando legalmente, seis (6) partes beneficiárias, representadas por títulos nominativos, que serão entregues, independentemente de pagamento, às pessoas designadas no art. 31 destes estatutos como remuneração dos serviços prestados à Sociedade.

Art. 28. Transcorridos dez (10) anos do início do funcionamento da sociedade, serão resgatadas as partes beneficiárias.

Parágrafo único. O valor do resgate de cada parte beneficiária será o quociente da divisão do fundo de resgate das partes beneficiárias pelo número delas.

Art. 29. As partes beneficiárias serão títulos nominativos e não poderão ser transferidas senão a pessoas físicas de nacionalidade brasileira.

## CAPÍTULO VIII

## DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. O exercício financeiro da Sociedade compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

Art. 31. Na conformidade do disposto no art. 27 destes estatutos duas das partes beneficiárias serão entregues ao Sr. Dr. José da Cunha Júnior e duas ao Sr. José Andrade de Sousa, incorporadores da Sociedade.

Art. 32. A primeira Diretoria terminará o seu mandato com a assembleia geral ordinária a realizar-se no ano de 1951 e o primeiro conselho fiscal com a assembleia geral ordinária a realizar-se em 1946.

São Paulo, 27 de agosto de 1945. — José Alfredo de Almeida. — José da Cunha Júnior. — José Andrade de Sousa. — Amador Aguiar. — Carlos Murano. — Antônio Calandriello. — Mario Murano. — Horacio José Guerra. — Decio Calvo de Abreu.

O original acha-se com as firmas devidamente reconhecidas.

São Paulo, 12-9-45. — José Alfredo de Almeida. — J. Andrade de Sousa.

Confere com o original constante do processo nº 318.781-45.

Em 27-11-45. — Stella Noves, A.J. Exc. ref. X.

Visão: Em 27 de novembro de 1945. — Olivando de Araújo Santos, Secretário Geral.

Lista de Subscrição do Capital de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) dividido em duas mil (2.000) ações, comuns, nominativas, do valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) cada uma da "Pórtio Seguro" — Companhia de Seguros Gerais.

Data — Nome do acionista — Nacionalidade — Estado civil — Profissão — Residência — Lugar — Prova de identidade	Valor nominal de cada ação	Número de ações subscritas	Total das entradas
	Cr\$		Cr\$
27 de agosto de 1945 — José Alfredo de Almeida, brasileiro, casado, comércio, S. Paulo, Rua Bahia, 331, S. Paulo, certidão de nascimento .....	1.000,00	500	100.000,00
27 de agosto de 1945 — José da Cunha Júnior, brasileiro, casado, banqueiro, Rua Novo Horizonte, 311, S. Paulo, certidão de casamento .....	1.000,00	500	100.000,00
27 de agosto de 1945 — José Andrade de Sousa, brasileiro, casado, comércio, Rua Passa-Água, 73, ap. 16, S. Paulo, certidão de nascimento .....	1.000,00	100	20.000,00
27 de agosto de 1945 — Amador Aguiar, brasileiro, casado, banqueiro, Rua Bahia, 331, S. Paulo, certidão de nascimento .....	1.000,00	500	100.000,00
28 de agosto de 1945 — Carlos Murano, brasileiro, casado, comerciante, Avenida Rodrigues Alves, 593, S. Paulo, carteira de identidade .....	1.000,00	50	10.000,00
29 de agosto de 1945 — Antônio Calandriello, brasileiro, casado, funcionário público, Praça Marechal Deodoro, 146, S. Paulo, certidão de casamento .....	1.000,00	50	10.000,00
29 de agosto de 1945 — Márcio Murano, brasileiro, casado, comerciante, Avenida Aclimação, 809, São Paulo, carteira de identidade .....	1.000,00	20	4.000,00
30 de agosto de 1945 — Horácio José Guerra, brasileiro, casado, funcionário público, Rua Salvador Correia, 168, S. Paulo, certidão de casamento .....	1.000,00	10	2.000,00
31 de agosto de 1945 — Decio Calvo de Abreu, brasileiro, casado, comerciante, Praça Mal. Deodoro, 166, apt. 2, São Paulo, certidão de casamento .....	1.000,00	10	2.000,00
31 de agosto de 1945 — José Alfredo de Almeida, brasileiro, casado, comércio, Rua Bahia, 331, São Paulo, certidão de nascimento .....	1.000,00	500	50.000,00
Soma total .....		2.000	406.000,00

Importa a presente subscrição em (dois milhões de cruzeiros) Cr\$ .... 1.000.000,00.

São Paulo, 12 de setembro de 1945. — José Alfredo de Almeida. — J. Andrade de Sousa.

Confere com o original constante do processo nº 318.781-45.

Em 27 de novembro de 1945. — Stella Noves, A.J. Exc. X.

Visão — Em 25 de novembro de 1945. — Olivando de Araújo Santos, Secretário Geral.

(N.º 14.195 — 7-12-45 — C-5 1.570,80).

DECRETO N.º 20.145 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1945

Renova o Decreto nº 12.973, de 21 de julho de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição e nos termos do Decreto-lei nº 1.885, de 29 de janeiro de 1949 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Teófilo Oreste de Mendonça, em renovação à autorização que lhe foi conferida pelo Decreto nº 12.973, de 21 de julho de 1943, a explorar, no município de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais, uma área de quarenta e três hectares, setenta e seis ares e cinquenta centiares (43.716 ha), delimitada por um quadrilátero irregular que tem um vértice à distância de trezentos e trinta metros (330 metros), no rumo setenta e seis graus noroeste (76° NW), da torre da capela de Nossa Senhora da Graça, e os lados, a partir do referido vértice, com os seguintes comprimentos e rumos: novecentos e setenta e três (973) metros e vinte e um (21) graus sudeste (71° SE); novecentos e quarenta e três (943), a



Casa Civil / PR / Imprensa Nacional

*Esta reprodução do Diário Oficial e/ou Diário da Justiça  
e/ou Coleção das Leis da República Federativa do Brasil  
conferiu com o original.*

*Biblioteca Machado de Assis, 25/7/2002*

*Carlos Alberto Raymundo Mendes-Pinto 442235*